

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	23
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	73
--	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	76
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	236.917.769
Preferenciais	0
Total	236.917.769
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.477.832.227	1.219.601.700	1.106.027.024
1.01	Ativo Circulante	73.785.116	45.792.889	72.558.291
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.249	223.606	8.239.015
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.249	223.606	8.239.015
1.01.03	Contas a Receber	0	40.511.785	60.775.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	62.645.000	40.511.785	60.775.000
1.01.03.02.01	JSCP a receber	62.645.000	40.511.785	60.775.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.055.978	4.988.871	3.154.651
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.055.978	4.988.871	3.154.651
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	11.055.978	4.988.871	3.154.651
1.01.07	Despesas Antecipadas	78.889	68.627	389.625
1.01.07.01	Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	78.889	68.627	389.625
1.02	Ativo Não Circulante	1.404.047.111	1.173.808.811	1.033.468.733
1.02.02	Investimentos	1.404.047.111	1.173.808.811	1.033.468.733
1.02.02.01	Participações Societárias	1.404.047.111	1.173.808.811	1.033.468.733
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.404.047.111	1.173.808.811	1.033.468.733

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.477.832.227	1.219.601.700	1.106.027.024
2.01	Passivo Circulante	85.100.863	48.125.887	16.302.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	237.950	205.769	309.152
2.01.01.01	Obrigações Sociais	36.538	30.013	87.781
2.01.01.01.01	INSS e FGTS	36.538	30.013	87.781
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	201.412	175.756	221.371
2.01.01.02.02	Obrigações trabalhistas	201.412	175.756	221.371
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.684.082	12.477.975	7.601.288
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.684.082	12.477.975	7.601.288
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	2.731.180
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a pagar	6.817.250	9.825.568	1
2.01.03.01.04	Outras obrigações federais a pagar	6.866.832	2.652.407	4.870.107
2.01.05	Outras Obrigações	71.178.831	35.442.143	8.392.248
2.01.05.02	Outros	71.178.831	35.442.143	8.392.248
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	70.892.231	34.834.656	8.124.006
2.01.05.02.08	Outras obrigações	286.600	607.487	268.242
2.03	Patrimônio Líquido	1.392.731.364	1.171.475.813	1.089.724.336
2.03.01	Capital Social Realizado	1.105.381.209	1.105.381.209	1.052.340.082
2.03.01.01	Capital Social	1.105.381.209	1.105.381.209	1.105.381.209
2.03.01.02	(-) Custo de emissão de ações	0	0	-53.041.127
2.03.02	Reservas de Capital	-52.567.635	-53.041.127	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	473.492	0	0
2.03.02.07	(-) Custo de emissão de ações	-53.041.127	-53.041.127	0
2.03.04	Reservas de Lucros	339.917.790	119.135.731	37.384.254
2.03.04.01	Reserva Legal	24.902.488	9.977.974	2.644.369
2.03.04.02	Reserva Estatutária	315.015.302	109.157.757	7.300.885
2.03.04.10	Reserva de Lucros	0	0	27.439.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	298.488.470	145.931.997	268.264.578
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.097.930	-13.043.298	-1.164.315
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-13.097.930	-13.043.298	-1.164.315
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	635.217	0
3.04.04.01	Outras receitas operacionais	0	635.217	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	311.586.400	158.340.078	269.428.893
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	311.586.400	158.340.078	269.428.893
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	298.488.470	145.931.997	268.264.578
3.06	Resultado Financeiro	21.551	-1.509.067	10.549
3.06.01	Receitas Financeiras	142.868	91.752	11.792
3.06.01.01	Receitas financeiras	142.868	91.752	11.792
3.06.02	Despesas Financeiras	-121.317	-1.600.819	-1.243
3.06.02.01	Despesas financeiras	-121.317	-1.600.819	-1.243
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	298.510.021	144.422.930	268.275.127
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.750	2.249.179	-10.303.791
3.08.01	Corrente	-19.750	2.249.179	-10.303.791
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	298.490.271	146.672.109	257.971.336
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	298.490.271	146.672.109	257.971.336
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,26373	0,62097	0,80318
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,26365	0,62097	0,80318

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	298.490.271	146.672.109	257.971.336
4.03	Resultado Abrangente do Período	298.490.271	146.672.109	257.971.336

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.727.605	-8.015.619	-534.935
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.743.582	-13.974.209	-1.153.766
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	298.490.271	146.672.109	257.971.336
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	19.750	-2.249.179	10.303.791
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-311.586.400	-158.340.078	-269.428.893
6.01.01.12	Atualização monetária depósitos judiciais e impostos a recuperar	-140.695	-57.061	0
6.01.01.15	Opções Outorgadas	473.492	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.015.977	5.958.590	618.831
6.01.02.04	Impostos a recuperar	0	0	-2.262
6.01.02.06	Outros créditos	-10.262	320.997	-389.624
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	32.182	-103.383	309.152
6.01.02.09	Obrigações tributárias	6.314.945	5.401.732	433.323
6.01.02.13	Outras obrigações	-320.888	339.244	268.242
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	40.511.785	35.563.216	-394.657.314
6.02.06	Aporte de capital em controladas	0	0	-394.657.314
6.02.08	Juros sobre capital próprio recebidos	40.511.785	35.563.216	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-34.002.537	-35.563.006	403.430.761
6.03.01	Aumento de capital	0	0	453.471.888
6.03.02	Dividendos recebidos	7.648.100	0	5.942.328
6.03.03	Dividendos pagos	-12.481.315	0	-2.942.328
6.03.08	(-) Custo emissão de ações	0	0	-53.041.127
6.03.09	Juros sobre capital próprio pagos	-29.169.322	-35.563.006	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-218.357	-8.015.409	8.238.512
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	223.606	8.239.015	503
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.249	223.606	8.239.015

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.105.381.209	-53.041.127	119.135.731	0	0	1.171.475.813
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.105.381.209	-53.041.127	119.135.731	0	0	1.171.475.813
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	473.492	573	-77.708.785	0	-77.234.720
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	473.492	0	0	0	473.492
5.04.06	Dividendos	0	0	573	-12.709.011	0	-12.708.438
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-64.999.774	0	-64.999.774
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	298.490.271	0	298.490.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	298.490.271	0	298.490.271
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	220.781.486	-220.781.486	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	14.924.514	-14.924.514	0	0
5.06.05	Constituição de reserva estatutária	0	0	205.856.972	-205.856.972	0	0
5.07	Saldos Finais	1.105.381.209	-52.567.635	339.917.790	0	0	1.392.731.364

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.105.381.209	-53.041.127	37.384.253	0	0	1.089.724.335
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.105.381.209	-53.041.127	37.384.253	0	0	1.089.724.335
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-27.439.000	-25.000.000	0	-52.439.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-27.439.000	-25.000.000	0	-52.439.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	134.190.478	0	134.190.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.672.109	0	146.672.109
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.481.631	0	-12.481.631
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	0	-12.481.631	0	-12.481.631
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	109.190.478	-109.190.478	0	0
5.06.05	Constituição de reserva leval	0	0	7.333.606	-7.333.606	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	101.856.872	-101.856.872	0	0
5.07	Saldos Finais	1.105.381.209	-53.041.127	119.135.731	0	0	1.171.475.813

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.052.340.082	0	0	0	0	1.052.340.082
5.04.01	Aumentos de Capital	453.472.391	0	0	0	0	453.472.391
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-53.041.127	0	0	0	0	-53.041.127
5.04.08	Aporte de capital Cesão de quotas das controladas	651.908.818	0	0	0	0	651.908.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.384.254	0	37.384.254
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	257.971.336	0	257.971.336
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-220.587.082	0	-220.587.082
5.05.02.06	Lucros não realizados	0	0	0	-205.083.964	0	-205.083.964
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	0	-2.942.328	0	-2.942.328
5.05.02.08	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-12.560.790	0	-12.560.790
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.384.254	-37.384.254	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	2.644.369	-2.644.369	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	7.300.885	-7.300.885	0	0
5.06.07	Dividendo adicional de Juros sobre capital	0	0	27.439.000	-27.439.000	0	0
5.07	Saldos Finais	1.052.340.082	0	37.384.254	0	0	1.089.724.336

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	0	699.965	0
7.01.02	Outras Receitas	0	699.965	0
7.01.02.01	Outras receitas	0	699.965	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.488.321	-2.539.058	-202.517
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.488.321	-2.539.058	-202.517
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.488.321	-1.839.093	-202.517
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.488.321	-1.839.093	-202.517
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	311.729.267	158.431.830	269.440.684
7.06.02	Receitas Financeiras	142.868	91.752	11.791
7.06.03	Outros	311.586.399	158.340.078	269.428.893
7.06.03.01	Participação nos lucros de controladas/coligadas	311.586.399	158.340.078	269.428.893
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	308.240.946	156.592.737	269.238.167
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	308.240.946	156.592.737	269.238.167
7.08.01	Pessoal	2.400.733	1.727.760	790.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.400.733	1.727.760	790.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.348.116	8.191.101	10.476.241
7.08.02.01	Federais	7.348.116	8.191.101	10.476.241
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.827	1.767	590
7.08.03.01	Juros	1.827	1.767	590
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	298.490.270	146.672.109	257.971.336
7.08.04.02	Dividendos	12.709.011	37.481.631	42.942.118
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	285.781.259	109.190.478	215.029.218

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	2.563.868.834	2.140.696.717	1.879.528.915
1.01	Ativo Circulante	1.583.219.784	1.422.265.637	1.319.174.913
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	325.587.601	492.609.413	435.844.350
1.01.01.01	Caixas e equivalentes de caixa	325.587.601	492.609.413	435.844.350
1.01.02	Aplicações Financeiras	141.707.127	44.435.391	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	141.707.127	44.435.391	0
1.01.03	Contas a Receber	531.777.249	410.262.580	425.833.395
1.01.03.01	Clientes	531.777.249	410.262.580	425.833.395
1.01.03.01.01	Contas a receber	531.777.249	410.262.580	425.833.395
1.01.04	Estoques	527.139.036	365.184.367	348.034.168
1.01.04.01	Estoques	527.139.036	365.184.367	348.034.168
1.01.06	Tributos a Recuperar	47.627.009	94.745.111	95.247.370
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	47.627.009	94.745.111	95.247.370
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	47.627.009	94.745.111	95.247.370
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.223.085	3.261.917	7.419.394
1.01.07.01	Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	8.223.085	3.261.917	7.419.394
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.158.677	11.766.858	6.796.236
1.01.08.03	Outros	1.158.677	11.766.858	6.796.236
1.01.08.03.01	Instrumentos derivativos ativo	1.158.677	11.766.858	6.796.236
1.02	Ativo Não Circulante	980.649.050	718.431.080	560.354.002
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	469.787.167	368.543.151	239.188.482
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	186.405.142	164.876.034	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	112.318.236	67.831.245	54.199.953
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	112.318.236	67.831.245	54.199.953
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	171.063.789	135.835.872	184.988.529
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	15.016.045	13.456.975	13.679.969
1.02.01.10.04	Instrumentos derivativos ativo LP	0	0	2.714.703
1.02.01.10.05	Impostos a recuperar LP	156.047.744	122.378.897	168.343.857
1.02.01.10.06	Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	0	0	250.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.03	Imobilizado	480.987.952	340.757.353	311.422.998
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	480.987.952	340.757.353	311.422.998
1.02.03.01.01	Imobilizado	480.987.952	340.757.353	311.422.998
1.02.04	Intangível	29.873.931	9.130.576	9.742.522
1.02.04.01	Intangíveis	29.873.931	9.130.576	9.742.522
1.02.04.01.02	Intangível	29.873.931	9.130.576	9.742.522

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	2.563.868.834	2.140.696.717	1.879.528.915
2.01	Passivo Circulante	674.295.867	589.042.911	458.812.991
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	78.046.070	49.922.054	65.174.613
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.923.228	8.013.246	9.700.159
2.01.01.01.01	INSS e FGTS	11.923.228	8.013.246	9.700.159
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	66.122.842	41.908.808	55.474.454
2.01.01.02.01	Provisão de férias e 13º salário	23.526.423	15.542.452	16.638.045
2.01.01.02.02	Obrigações trabalhistas	42.596.419	26.366.356	38.836.409
2.01.02	Fornecedores	157.555.945	53.198.184	36.421.391
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	121.909.485	42.368.601	21.460.031
2.01.02.01.01	Nacionais	121.909.485	42.368.601	21.460.031
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	35.646.460	10.829.583	14.961.360
2.01.02.02.01	Estrangeiros	35.646.460	10.829.583	14.961.360
2.01.03	Obrigações Fiscais	113.490.886	92.176.908	86.777.748
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	70.217.523	56.494.034	52.150.238
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.354.263	6.191.095	662.668
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a pagar	25.543.461	24.128.236	15.918.967
2.01.03.01.03	IPI a pagar	20.102.739	20.247.335	19.930.349
2.01.03.01.04	Outras obrigações federais a pagar	19.217.060	5.927.368	15.638.254
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	42.612.435	35.390.809	34.530.473
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	40.561.516	33.850.317	33.697.498
2.01.03.02.03	Outras obrigações estaduais a pagar	2.050.919	1.540.492	832.975
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	660.928	292.065	97.037
2.01.03.03.01	ISS a pagar	660.928	292.065	97.037
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	127.176.043	277.820.621	190.934.035
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	127.176.043	277.820.621	190.934.035
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	31.361.661	162.584.617	90.522.565
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	95.814.382	115.236.004	100.411.470
2.01.05	Outras Obrigações	198.026.923	115.925.144	79.505.204

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	87.910
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	0	0	87.910
2.01.05.02	Outros	198.026.923	115.925.144	79.417.294
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	70.892.231	34.834.656	8.124.006
2.01.05.02.04	Arrendamentos a pagar	17.140.915	10.434.981	14.855.732
2.01.05.02.05	Arrendamentos de direito de uso a pagar	59.919.745	39.887.299	24.118.716
2.01.05.02.07	Parcelamento de tributos	266.976	327.086	457.071
2.01.05.02.08	Outras obrigações	49.807.056	30.441.122	31.861.769
2.02	Passivo Não Circulante	496.841.603	380.177.993	330.991.588
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	164.036.728	112.500.000	79.419.832
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	164.036.728	112.500.000	79.419.832
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	104.036.728	12.500.000	65.166.667
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	60.000.000	100.000.000	14.253.165
2.02.02	Outras Obrigações	315.750.489	243.041.631	236.337.959
2.02.02.02	Outros	315.750.489	243.041.631	236.337.959
2.02.02.02.04	Arrendamentos de direito de uso a pagar LP	310.148.354	235.273.464	225.280.788
2.02.02.02.07	Parcelamento de tributos LP	632.868	814.541	1.864.545
2.02.02.02.08	Outras obrigações LP	3.703.333	0	0
2.02.02.02.09	Obrigações Trabalhistas LP	1.265.934	6.953.626	9.192.626
2.02.04	Provisões	17.054.386	24.636.362	15.233.797
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.054.386	24.636.362	15.233.797
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.832.134	15.180.775	9.652.749
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.524.912	7.770.757	3.926.207
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.697.340	1.684.830	1.654.841
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.392.731.364	1.171.475.813	1.089.724.336
2.03.01	Capital Social Realizado	1.105.381.209	1.105.381.209	1.052.340.082
2.03.01.01	Capital social	1.105.381.209	1.105.381.209	1.105.381.209
2.03.01.02	(-) Custo de emissão de ações	0	0	-53.041.127
2.03.02	Reservas de Capital	-52.567.635	-53.041.127	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.02.04	Opções Outorgadas	473.492	0	0
2.03.02.07	(-) Custo de emissão de ações	-53.041.127	-53.041.127	0
2.03.04	Reservas de Lucros	339.917.790	119.135.731	37.384.254
2.03.04.01	Reserva Legal	24.902.488	9.977.974	2.644.369
2.03.04.02	Reserva Estatutária	315.015.302	109.157.757	7.300.885
2.03.04.10	Reserva de Lucros	0	0	27.439.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.466.386.885	1.047.547.041	749.666.952
3.01.01	Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados	1.466.386.885	1.047.547.041	749.666.952
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-474.909.083	-330.063.751	-215.869.110
3.02.01	custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	-474.909.083	-330.063.751	-215.869.110
3.03	Resultado Bruto	991.477.802	717.483.290	533.797.842
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-696.791.351	-512.404.654	-240.875.303
3.04.01	Despesas com Vendas	-502.414.774	-365.295.739	-224.147.606
3.04.01.01	Com vendas	-502.414.774	-365.295.739	-224.147.606
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-185.038.413	-153.676.390	-121.398.384
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-185.038.413	-153.676.390	-121.398.384
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-9.292.068	6.692.785	104.838.499
3.04.04.01	Outras receitas operacionais	-9.292.068	6.692.785	104.838.499
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-46.096	-125.310	-79.365
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-46.096	-125.310	-79.365
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-88.447
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	0	0	-88.447
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	294.686.451	205.078.636	292.922.539
3.06	Resultado Financeiro	-31.509.470	-41.541.899	24.320.195
3.06.01	Receitas Financeiras	37.602.401	23.632.100	64.709.275
3.06.01.01	Receitas financeiras	37.602.401	23.632.100	64.709.275
3.06.02	Despesas Financeiras	-69.111.871	-65.173.999	-40.389.080
3.06.02.01	Despesas financeiras	-69.111.871	-65.173.999	-40.389.080
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	263.176.981	163.536.737	317.242.734
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	35.313.290	-16.864.628	-59.271.398
3.08.01	Corrente	-9.173.701	-17.625.502	-60.151.083
3.08.02	Diferido	44.486.991	760.874	879.685
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	298.490.271	146.672.109	257.971.336
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	298.490.271	146.672.109	257.971.336
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	298.490.271	146.672.109	257.971.336

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,26373	0,62097	0,80318
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,26365	0,62097	0,80318

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	298.490.271	146.672.109	257.971.336
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	298.490.271	146.672.109	257.971.336
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	298.490.271	146.672.109	257.971.336

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	219.771.457	252.093.016	65.509.825
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	396.873.920	246.293.588	212.444.963
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	298.490.271	146.672.109	257.971.336
6.01.01.02	Depreciação e amortização	71.829.935	58.272.745	29.133.375
6.01.01.03	Encargos e cariação cambial sobre empréstimos e financiamentos	17.924.784	20.154.518	11.973.358
6.01.01.04	Encargos sobre arrendamento direito de uso e locação	35.690.254	29.640.986	14.443.292
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-35.313.290	16.864.628	59.271.398
6.01.01.06	Provisão para perrda de estoque	6.238.528	1.442.708	2.219.959
6.01.01.07	Provisão para riscos cíceis, trabalhistas e tributários	9.703.575	11.345.085	-427.926
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	0	0	88.447
6.01.01.09	Juros sobre parcelamento de tributos	0	53.920	111.951
6.01.01.10	Baixa de ativo imobilizado e intangível	467.678	936.755	225.028
6.01.01.11	Créditos tributários	0	-17.148.677	-103.657.987
6.01.01.12	Atualização monetária depósitos judiciais e impostos a recuperar	-3.177.556	-5.228.191	-58.943.543
6.01.01.13	Perdas esperadas de crédito	281.337	-222.055	36.275
6.01.01.14	Descontos arrendamento	-5.735.088	-16.490.943	0
6.01.01.15	Opções outorgadas	473.492	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-91.594.912	50.119.765	-98.040.712
6.01.02.01	Contas a receber	-121.796.005	15.792.869	-230.129.735
6.01.02.02	Partes relacionadas	0	-87.910	24.282.853
6.01.02.03	Estoques	-168.193.197	-18.592.907	19.089.766
6.01.02.04	Impostos a recuperar	15.786.837	38.304.573	-4.241.797
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-719.096	743.412	396.374
6.01.02.06	Outros créditos	-4.961.169	4.407.477	6.510.664
6.01.02.07	Fornecedores	104.357.760	16.776.793	-1.757.861
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22.436.324	-15.252.559	30.325.485
6.01.02.09	Obrigações tributárias	50.708.076	19.352.526	38.437.682
6.01.02.10	Arrendamentos a pagar	6.773.614	-4.488.431	5.266.400
6.01.02.11	Parcelamento de tributos	-241.783	-1.233.907	-527.186

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.12	Contingências pagas	-17.285.551	-1.942.519	-1.125.108
6.01.02.13	Outras obrigações	21.539.278	-3.659.652	15.431.751
6.01.03	Outros	-85.507.551	-44.320.337	-48.894.426
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-38.567.798	-17.077.166	-39.700.230
6.01.03.02	Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-13.955.867	-9.241.437	-9.194.196
6.01.03.03	Juros pagos de arrendamentos de direito de uso	-32.983.886	-18.001.734	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-207.588.682	-269.312.977	-24.749.293
6.02.01	Aplicações financeiras	-103.510.811	-224.601.459	604.869
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-80.704.188	-40.782.226	-34.363.547
6.02.03	Aquisição de intangível	-23.373.683	-3.929.292	-4.470.085
6.02.04	Concessão de empréstimos e partes relacionadas	0	0	-2.000.000
6.02.05	Venda de imobilizado	0	0	11.608.658
6.02.07	Alienação de investimentos	0	0	1.870.812
6.02.08	Recebimento empréstimos de partes relacionadas	0	0	2.000.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-163.914.553	58.694.990	364.186.406
6.03.01	Aumento de capital	0	0	453.472.391
6.03.03	Dividendos pagos	-12.481.315	0	-2.942.328
6.03.04	Captação de empréstimos e financiamentos	120.343.414	308.112.685	112.635.581
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-231.162.652	-222.927.362	-115.665.393
6.03.06	Liquidação contratos de Swap	18.350.651	21.612.432	1.095.495
6.03.07	Amortização de arrendamento direito de uso	-29.795.329	-12.539.759	-31.368.213
6.03.08	(-) Custo emissão de ações	0	0	-53.041.127
6.03.09	Juros sobre capital próprio pagos	-29.169.322	-35.563.006	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-151.731.778	41.475.029	404.946.938
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	477.319.379	435.844.350	30.897.412
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	325.587.601	477.319.379	435.844.350

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.105.381.209	-53.041.127	119.135.731	0	0	1.171.475.813	0	1.171.475.813
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.105.381.209	-53.041.127	119.135.731	0	0	1.171.475.813	0	1.171.475.813
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	473.492	573	-77.708.785	0	-77.234.720	0	-77.234.720
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	473.492	0	0	0	473.492	0	473.492
5.04.06	Dividendos	0	0	573	-12.709.011	0	-12.708.438	0	-12.708.438
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-64.999.774	0	-64.999.774	0	-64.999.774
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	298.490.271	0	298.490.271	0	298.490.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	298.490.271	0	298.490.271	0	298.490.271
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	220.781.486	-220.781.486	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	14.924.514	-14.924.514	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva estatutária	0	0	205.856.972	-205.856.972	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.105.381.209	-52.567.635	339.917.790	0	0	1.392.731.364	0	1.392.731.364

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.105.381.209	-53.041.127	37.384.253	0	0	1.089.724.335	0	1.089.724.335
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.105.381.209	-53.041.127	37.384.253	0	0	1.089.724.335	0	1.089.724.335
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-27.439.000	-25.000.000	0	-52.439.000	0	-52.439.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-27.439.000	-25.000.000	0	-52.439.000	0	-52.439.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	134.190.478	0	134.190.478	0	134.190.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.672.109	0	146.672.109	0	146.672.109
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.481.631	0	-12.481.631	0	-12.481.631
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	0	-12.481.631	0	-12.481.631	0	-12.481.631
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	109.190.478	-109.190.478	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	7.333.606	-7.333.606	0	0	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	101.856.872	-101.856.872	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.105.381.209	-53.041.127	119.135.731	0	0	1.171.475.813	0	1.171.475.813

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.052.340.082	0	0	0	0	1.052.340.082	0	1.052.340.082
5.04.01	Aumentos de Capital	453.472.391	0	0	0	0	453.472.391	0	453.472.391
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-53.041.127	0	0	0	0	-53.041.127	0	-53.041.127
5.04.08	Aporte de capital Cesão de quotas das controladas	651.908.818	0	0	0	0	651.908.818	0	651.908.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.384.254	0	37.384.254	0	37.384.254
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	257.971.336	0	257.971.336	0	257.971.336
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-220.587.082	0	-220.587.082	0	-220.587.082
5.05.02.06	Lucros não realizados	0	0	0	-205.083.964	0	-205.083.964	0	-205.083.964
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	0	-2.942.328	0	-2.942.328	0	-2.942.328
5.05.02.08	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-12.560.790	0	-12.560.790	0	-12.560.790
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.384.254	-37.384.254	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	2.644.369	-2.644.369	0	0	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	7.300.885	-7.300.885	0	0	0	0
5.06.07	Dividendo adicional de Juros sobre capital	0	0	27.439.000	-27.439.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.052.340.082	0	37.384.254	0	0	1.089.724.336	0	1.089.724.336

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.843.321.325	1.357.561.042	1.067.913.322
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.842.454.574	1.338.141.865	963.142.020
7.01.02	Outras Receitas	866.751	19.419.177	104.771.302
7.01.02.01	Outras receitas	585.414	19.641.232	104.735.027
7.01.02.02	Perdas esperadas de créditos	281.337	-222.055	36.275
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-723.075.726	-550.961.413	-343.803.141
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-434.413.815	-304.344.931	-200.106.857
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-288.661.911	-246.616.482	-143.696.284
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.120.245.599	806.599.629	724.110.181
7.04	Retenções	-71.830.019	-58.272.745	-29.133.375
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.830.019	-58.272.745	-29.133.375
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.048.415.580	748.326.884	694.976.806
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.602.401	40.122.941	64.620.828
7.06.02	Receitas Financeiras	37.602.401	40.122.941	64.709.275
7.06.03	Outros	0	0	-88.447
7.06.03.01	Participação nos lucros de controladas/coligadas	0	0	-88.447
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.086.017.981	788.449.825	759.597.634
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.086.017.981	788.449.825	759.597.634
7.08.01	Pessoal	283.974.055	200.528.944	160.164.379
7.08.01.01	Remuneração Direta	232.428.802	160.712.706	133.275.790
7.08.01.02	Benefícios	33.067.666	27.444.996	17.841.309
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.477.587	12.371.242	9.047.280
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	423.936.397	364.170.179	290.289.937
7.08.02.01	Federais	164.734.247	158.379.887	140.078.838
7.08.02.02	Estaduais	255.277.265	203.354.667	148.906.949
7.08.02.03	Municipais	3.924.885	2.435.625	1.304.150
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	79.617.259	77.078.593	51.171.982
7.08.03.01	Juros	66.796.821	62.416.839	36.707.099
7.08.03.02	Aluguéis	9.689.889	13.193.839	12.563.465

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.03	Outras	3.130.549	1.467.915	1.901.418
7.08.03.03.01	Royalties	3.130.549	1.467.915	1.901.418
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	298.490.270	146.672.109	257.971.336
7.08.04.02	Dividendos	12.709.011	37.481.631	42.942.118
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	285.781.259	109.190.478	215.029.218

Mensagem da Administração

- 💎 Há cerca de um ano atrás estávamos aqui celebrando resultados positivos em um período em que a capacidade de superação dessa Companhia teve um papel fundamental para atravessarmos os desafios encontrados. Nesse momento, celebramos mais um ano de bons resultados, muito influenciados pela resiliência na entrega de nossos objetivos, ainda em tempos desafiadores.
- 💎 Conseguimos crescer aceleradamente, abrindo o maior número de lojas que já inauguramos em nossa história e, ainda assim, conseguimos rentabilizar o nosso negócio. Crescemos 37,7% em Receita Operacional Líquida na comparação com ano anterior e 23,7% se compararmos com 2019, período pré-pandemia. Expandimos o Lucro Líquido em 95,8% comparado a 2020 e 32,3% em comparação a 2019, reflexo da resiliência de um time comprometido e engajado.
- 💎 Nos últimos 59 anos, a Vivara construiu sua liderança no mercado de joias brasileiro. Nos últimos doze meses de 2021, expandimos nossa participação de mercado em 2,9 pontos percentuais ou 4,6 pontos se considerarmos os últimos 24 meses. Em 2022 comemoraremos os 60 anos da Vivara e seguimos protagonistas na consolidação do mercado de Joias no Brasil.
- 💎 Atingimos o objetivo do nosso plano de expansão, inaugurando 41 novas lojas, sendo 21 lojas Vivara e 20 Lojas Life. A Life by Vivara comemorou seus 10 anos em grande estilo, ganhando “cara nova”, relevância em faturamento e base de clientes, além de mais independência em relação a marca dentro da qual ela nasceu. As vendas das lojas abertas durante o último ano têm superado nossas expectativas iniciais. Resultado de uma rotina intensa de treinamentos para nossas vendedoras, garantindo a excelência no atendimento em lojas, de uma estratégia cada vez mais assertiva de produto e de um acompanhamento cada vez mais próximo dos pontos de venda.
- 💎 Nesse ano, investimos um montante recorde. Foram mais de R\$100 milhões investidos para suportar a estratégia de abertura de lojas, aumento da capacidade produtiva na fábrica de Manaus, criando mais de 250 vagas de empregos na região, e em tecnologia e e-commerce para reforçar a fundação da Companhia e acelerar o processo de transformação digital.
- 💎 Com a normalização das operações de lojas físicas em meados de Maio, sem mais restrições de funcionamento, começamos a ver estabilidade da participação do canal digital, atingindo 17,4% da receita total da companhia no ano e se mostrando um canal complementar e estratégico para nós. Foi um ano de evolução na experiência digital de nossos clientes e das questões de omnicanalidade. Habilitamos as vendas interestaduais em mais de 50 praças, integramos as jornadas de compras, melhoramos a experiência do usuário e reduzimos o tempo de entrega. Ainda vemos muita oportunidade de melhoria e espaço para aproximar cada vez mais a experiência de compra em loja física à experiência de compra on-line.
- 💎 Apesar de um ambiente ainda conturbado em ano de eleições, com pressões negativas afetando o mercado de consumo principalmente como resultado de inflação mais alta e taxa de juros elevada, vemos em 2022 um ano de oportunidades. Oportunidade de continuarmos crescendo aceleradamente, abrindo ainda mais lojas do que no ano anterior, e consolidando o mercado. Oportunidade também de rentabilizarmos a operação com um protagonismo cada vez mais maior da Life e uma alavancagem operacional mais eficiente, mesmo com mais de 90 lojas em maturação e investimentos relevantes em nossas frentes estratégicas.
- 💎 Continuamos com um balanço forte e equilibrado para suportar um ciclo acelerado de crescimento e investimentos suficientes para pavimentar nosso caminho durante todo o percurso à nossa frente.
- 💎 Agradecemos a nossos acionistas, colaboradores, fornecedores e clientes pela confiança e parceria até o momento. Temos certeza que estamos construindo uma história fantástica.

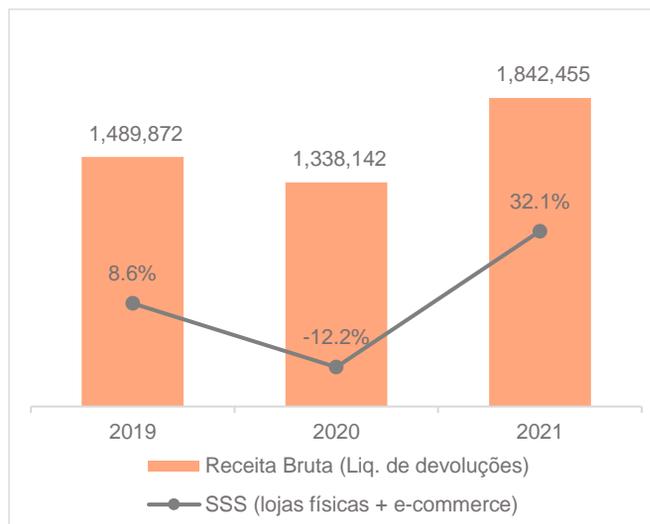
Em razão dos efeitos acentuados da pandemia da COVID-19, ao longo de 2020, este documento também trará a comparação com o mesmo período de 2019 em algumas métricas, sempre mencionando a que análise se refere.

Comentário de Desempenho Financeiro

RECEITA

💎 A receita bruta, líquida de devoluções, da Companhia cresceu 23,7% em 2021, quando comparado a 2019, e 37,7%, na comparação com 2020.

💎 Mesmo com o primeiro semestre do ano, ainda materialmente impactado pelo fechamento dos principais shoppings do país, com a intensificação das medidas restritivas para enfrentamento à pandemia da COVID-19, a receita da Companhia foi impulsionada (i) pela aceleração dos 46 novos pontos de vendas, sendo 21 lojas Vivara, 20 lojas Life e 5 quiosques; (ii) pela boa composição de estoques; e (iii) pela assertividade nos lançamentos e coleções. O SSS do período foi de 16,1% vs 2019 e 32,1% vs 2020.

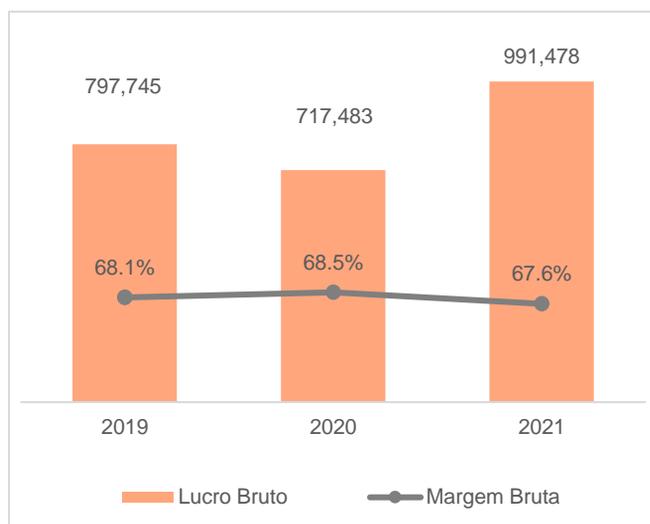


💎 Mesmo com a retomada integral da operação de lojas físicas, as vendas digitais mantiveram a penetração acima dos níveis pré-pandemia, contribuindo, assim, com uma venda incremental significativa. Em 2021, as vendas digitais representaram 17,4% da receita total, comparado à penetração de 8,0% registrada em 2019. O projeto Joias em Ação, iniciado em abril de 2020, contribuiu positivamente para o desempenho do canal online. No ano, o projeto foi responsável por 31,7% das vendas digitais, registrando um total de R\$ 101,5 milhões em vendas.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

💎 O Lucro Bruto de 2021 totalizou R\$ 991,5 milhões, crescimento de 24,3% comparado ao mesmo período de 2019 e de 38,2%, com relação a 2020, atingindo Margem Bruta de 67,6%, alinhada aos patamares saudáveis de rentabilidade da Companhia.

💎 A rentabilidade bruta foi temporariamente impactada pelo aumento do quadro de funcionários e maior volume de despesas gerais da fábrica, em razão do maior volume de internalização de produção e do aumento do volume orgânico de produção. É esperado que essa pressão seja reduzida nos próximos trimestres na medida em que a venda dos produtos produzidos internamente cresça gradualmente. Além disso, há também o impacto pelo maior volume de derretimento de ouro e prata, referente às campanhas de Semana Ouro e Semana Prata que aconteceram com maior frequência ao final de 2020 e ao longo do ano de 2021.



DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020	2019	Δ % 21vs20	Δ % 21vs19
Despesas Operacionais (SG&A)	(618.855)	(463.223)	(498.066)	33,6%	24,3%
% Receita Líquida	-42,2%	-44,2%	-42,5%	2,0 p.p.	0,3 p.p.
Despesas com Vendas	(457.609)	(331.679)	(360.069)	38,0%	27,1%
% Receita Líquida	-31,2%	-31,7%	-30,7%	0,5 p.p.	(0,5 p.p.)
Despesas Gerais e Administrativas	(161.246)	(131.544)	(137.997)	22,6%	16,8%
% Receita Líquida	-11,0%	-12,6%	-11,8%	1,6 p.p.	0,8 p.p.
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(9.338)	6.567	107.690	-242,2%	-108,7%
Depreciação e Amortização	(68.598)	(55.749)	(45.495)	-23,0%	-50,8%
Total de Despesas	(696.791)	(512.405)	(435.872)	-36,0%	-59,9%

- Em 2021, as Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas – ex-depreciação) atingiram R\$ 618,8 milhões, o equivalente a 42,2% da Receita Líquida. O aumento em 24,3% em relação a 2019 e de 33,6% quando comparado com 2020 se deu, principalmente, pelo aumento das vendas do período, pelo maior volume de lojas em maturação e novas lojas. Além disso, as linhas de Despesas com Pessoal em 2020, foram beneficiadas pela adesão à Lei 14.020/2020, que permitiu a suspensão e redução de jornada nos contratos de trabalho do período.
- As Despesas com Vendas ficaram 27,1% maiores que 2019 e 38,0% com relação ao ano anterior, principalmente, (iii) aumento das Despesas com Pessoal, reflexo da aceleração de vendas e do plano de expansão; (ii) maior volume de investimentos em marketing digital e campanhas; e (i) pelo crescimento das despesas com Comissão sobre Cartões e Impostos e Taxas, impulsionado pela adição de mais pontos de vendas ao parque.
- As Despesas Gerais e Administrativas cresceram 16,8% com relação a 2019 e 22,6%, quando comparado com 2020, principalmente, pelo aumento das despesas com pessoal, relacionado ao aumento de quadro administrativo, para reforço de áreas estratégicas e da estrutura de governança corporativa.
- As Outras Despesas (Receitas) Operacionais representaram -R\$ 9,3 milhões no trimestre, principalmente, pela baixa de créditos de PIS/COFINS, no montante de R\$ 7,5 milhões, efeito classificado como não recorrente.

EBITDA AJUSTADO¹

Reconciliação do EBITDA (R\$ mil)	2021	2020	2019	Δ % 21vs20	Δ % 21vs19
Lucro Líquido	298.490	146.672	318.251	103,5%	-6,2%
(+) IR/CSLL	(35.313)	16.865	40.914	-309,4%	-186,3%
(+) Resultado financeiro	31.509	41.542	2.461	-24,2%	1180,5%
(+) Depreciação e Amortização	71.830	58.273	46.944	23,3%	53,0%
EBITDA Total	366.516	263.351	408.570	39,2%	-10,3%
(-) Despesa de aluguel (IFRS16) ⁽⁴⁾	(72.647)	(47.032)	(47.640)	54,5%	52,5%
(+) Efeitos não recorrentes	7.520	-	(88.796)	na	108,5%
EBITDA AJUSTADO	301.390	216.319	272.134	39,3%	10,8%
Margem Ebitda Ajustada (%)	20,6%	20,7%	23,2%	(0,1 p.p.)	(2,7 p.p.)

(1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes and Depreciation and Amortization) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12 A parcela fixa das despesas de aluguel, aqui apresentadas, estão contabilizadas na Demonstração de Fluxo de Caixa, como "Arrendamento do Direito de Uso", como efeito da adoção do IFRS16. Informações mais detalhadas a respeito da norma contábil podem ser encontradas na Nota Explicativa 27, das Demonstrações Contábeis da Companhia.

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 301,3 milhões, crescimento de 10,8% na comparação com 2019 e 39,3%, comparado com o ano anterior.

A Margem EBITDA Ajustada deste ano foi estável, principalmente pela retração de Margem Bruta, efeito da velocidade de crescimento da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

♦ O Resultado Financeiro líquido do ano 2021 foi de -R\$ 31,5 milhões comparativamente a -R\$ 2,5 milhões em 2019 e -R\$ 41,4 milhões em 2020, como resultado da menor receita financeira gerada pela correção monetária dos créditos tributários da bitributação do ICMS, na base de cálculo do PIS/COFINS, registrada em 2019.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

♦ Imposto de renda e contribuição social do ano foi de R\$ 35,3 milhões comparativamente a R\$ -40,9 milhões em 2019 e -R\$ 16,8 milhões em 2020. A alíquota efetiva de 13,4% em 2021 foi beneficiada principalmente: (i) pelo crédito de imposto diferido, em virtude do maior volume de produção da fábrica de Manaus; (ii) pelo reconhecimento de R\$ 18,9 milhões dos créditos de IRPJ e CSLL sobre a inconstitucionalidade da tributação da correção Selic sobre indébitos tributários; e (iii) pela declaração de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 65,0 milhões a ser ratificado na Assembleia Geral de Acionistas, que será realizada em abril.

LUCRO LÍQUIDO

Lucro Líquido (R\$ mil)	2021	2020	2019	Δ % 21vs20	Δ % 21vs19
EBITDA Ajustado	301.390	216.319	272.134	39,3%	10,8%
(-) Despesa de aluguel (IFRS16)	72.647	47.032	47.640	54,5%	52,5%
(+) Efeitos não recorrentes	(7.520)	-	88.796	na	na
(+) Depreciação e Amortização	(71.830)	(58.273)	(46.944)	23,3%	53,0%
(+) Resultado financeiro	(31.509)	(41.542)	(2.461)	-24,2%	na
(+) IR/CSLL	35.313	(16.865)	(40.914)	-309,4%	-186,3%
Lucro Líquido	298.490	146.672	318.251	103,5%	-6,2%
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>20,4%</i>	<i>14,0%</i>	<i>27,2%</i>	<i>6,4 p.p.</i>	<i>(6,8 p.p.)</i>
Efeitos não recorrentes	(11.378)	-	(101.262)	na	-88,8%
Lucro Líquido Recorrente	287.112	146.672	216.989	95,8%	32,3%
<i>Margem Líquida Recorrente (%)</i>	<i>19,6%</i>	<i>14,0%</i>	<i>18,5%</i>	<i>5,6 p.p.</i>	<i>1,1 p.p.</i>

(1) Lucro Líquido Recorrente é uma medida não contábil e não faz parte do escopo da auditoria. A medida foi utilizada pela Companhia para melhor comparabilidade dos períodos analisados. Para tal medição, a Companhia excluiu o efeito não recorrente referente a ação do ICMS na base de PIS/Cofins e o efeito não-recorrentes de despesas do IPO, líquidos de impostos.

- A Companhia atingiu Lucro Líquido Recorrente de R\$ 287,1 milhões em 2021, 32,3% superior que o lucro reportado em 2019 e 95,8% quando comparado com o ano anterior. O Imposto de renda e contribuição social do ano foi beneficiado pelo crédito de imposto diferido, em virtude do maior volume de produção da fábrica de Manaus.
- Apresentamos Lucro Líquido Recorrente, para o desempenho de 2021, excluindo os efeitos não recorrentes, referente ao (i) reconhecimento dos créditos de IRPJ e CSLL sobre a inconstitucionalidade da tributação da correção Selic sobre indébitos tributários de R\$ 18,9 milhões no ano de 2021; e (ii) pela baixa de créditos de PIS/COFINS, no montante de R\$ 7,5 milhões apresentada nas linhas de Outras Despesas (Receitas) Operacionais do ano. Em 2019, excluímos o efeito não recorrente, referente às despesas do IPO, no total de R\$ 14,9 milhões, registrado no 4T19, bem como a exclusão do ganho total da ação de exclusão do ICMS da base de PIS/Cofins, no montante de R\$ 116,1 milhões, reconhecido no 2T19.

Pessoas

- A Vivara tem como propósito "Tornar cada história única e especial" e isso inclui as histórias das pessoas que nos ajudam, diariamente, a construir nossa trajetória de sucesso.
- Com a pandemia da COVID-19, o cuidado com as equipes sempre foi uma prioridade para nós! Para preservar a saúde de todos os colaboradores, acompanhamos o avanço no processo de vacinação, lançamos uma política de regime home office (híbrido) para os times corporativos e reforçamos fortemente todos os rigorosos protocolos de segurança e higiene.
- Acreditamos que gestores preparados é um dos fatores fundamentais para mobilizar e garantir a perpetuidade do nosso negócio, pensando nisso, relançamos o nosso Programa de Desenvolvimento da Liderança com a participação de um parceiro externo que abordou os temas de Liderança Contemporânea e Feedback.
- Quando olhamos para o desenvolvimento dos times, em nosso Ciclo de Carreira anual, 73% de nossos profissionais foram avaliados. Para os colaboradores que não possuem cargo de liderança o processo é composto por autoavaliação, avaliação de superior imediato, feedback e plano de desenvolvimento individual (PDI). Para os líderes, o processo contempla as etapas de: autoavaliação, avaliação de superior imediato, subordinados e pares; resultados de metas do ano anterior, reunião de gente, momento em que os líderes discutem sobre os membros de suas equipes em relação aos resultados da avaliação; feedback e PDI.
- A Convenção Nacional de Vendas, o evento mais esperado do ano, foi um verdadeiro festival de motivação e conexão entre pessoas. Na edição de 2021, que recebeu o nome de "Presente Perfeito", conectamos mais de 2.000 pessoas, em dois dias de evento, para comemorar os resultados que entregamos até aquele momento e nos preparar para as vendas de fim de ano.
- Em 2021, não medimos esforços para manter a transparência e o diálogo constante. Realizamos diversas palestras virtuais, enviamos mais de 1.500 comunicados e informativos internos, com uma média de 211 comunicados por mês, e inúmeras ações de endomarketing para celebrar datas comemorativas como: Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Black Friday e Natal. Além disso, pensando em conectar o time cada vez mais com a nossa estratégia e resultados, lançamos o evento "Diálogos Estratégicos: Live de Resultados do Trimestre". Um encontro totalmente virtual que reúne todos os colaboradores da Vivara para apresentar os principais temas estratégicos e direcionar próximos passos.
- Nossos treinamentos não pararam e foram realizados de forma virtual e dinâmica, por meio de Webinars e lives. Tivemos mais 3.300 usuários ativos em nossa plataforma de treinamentos, com volume médio de treinamento de 90 horas por colaborador e mais de 190 conteúdos lançados.
- Em 2021, demos mais um passo importante para fortalecer a nossa Jornada de Diversidade na Vivara. Para isso, iniciamos em novembro, no Mês da Consciência Negra, o envio de alguns comunicados sobre racismo. Depois aproveitamos o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Para 2022, entre os atos previstos, estão a criação do Programa de Diversidade e a aplicação do Censo da Diversidade, que vai levantar dados sobre etnia/raça, orientação sexual, crenças e outras frentes em que se possa promover inclusão e equidade. Além de campanhas de sensibilização, também haverá a formação de grupos de afinidades com pessoas representantes da diversidade na companhia.

Nossos Colaboradores

Perfil por Gênero

Mulheres

Homens



87%

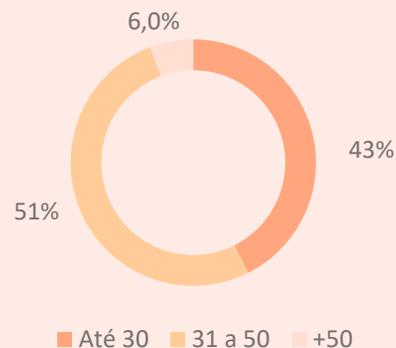


13%

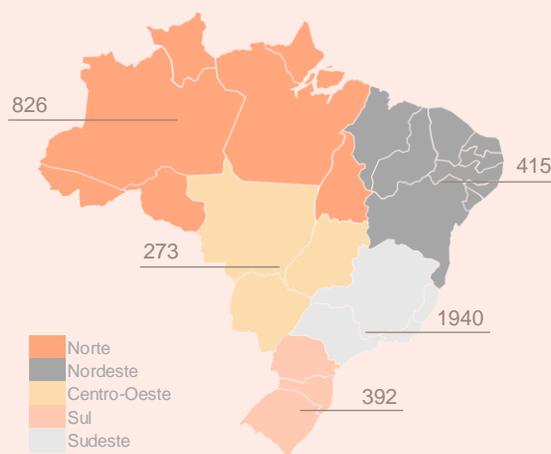
87%

dos cargos de gestão, são ocupados por mulheres

Faixa Etária



Por região

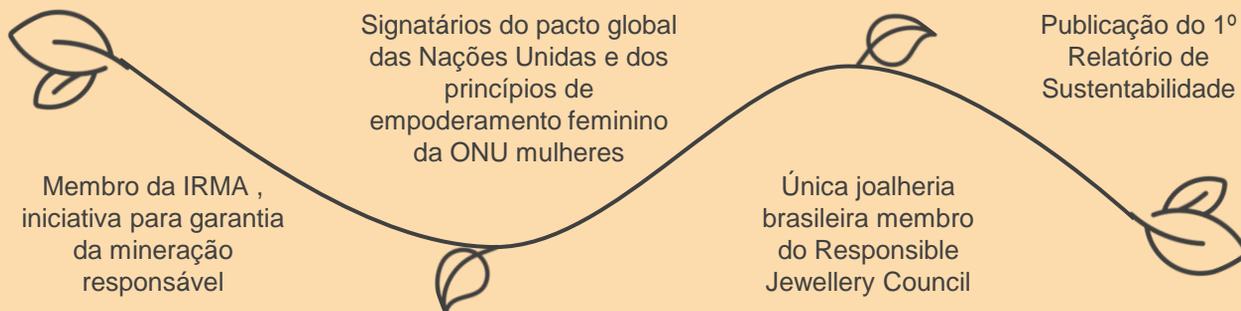


Sustentabilidade

Para a Vivara, Sustentabilidade é agregar valor e ser exemplo para as gerações futuras através da integridade e da confiança nas relações, o cuidado com as pessoas e a preservação do meio ambiente nas nossas atividades e decisões diárias.

2019

Criação da área de Sustentabilidade, para aceleração de desenvolvimento dos temas de ESG.



2020

Em 2020, mesmo com todos os desafios, mantivemos nossos compromissos com a agenda ESG, avançamos no tema e vimos números importantes para a companhia, como a grande participação feminina.



Auditoria em 38% dos
fornecedores de joias
e matéria prima



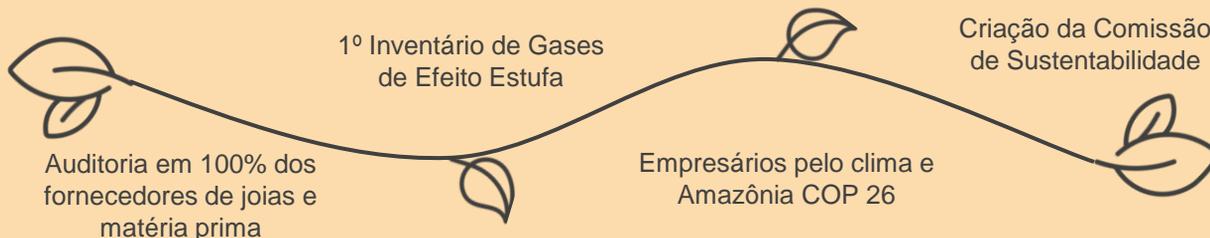
Representatividade feminina em
87% dos cargos de liderança



Publicação do 1º Relatório de
Sustentabilidade no modelo GRI

2021

2021 foi um ano de consolidação de trabalhos que começamos nos anos anteriores e aceleração das iniciativas de ESG, com visão de futuro e gestão de indicadores.



2022

Em 2022, nosso objetivo é o fortalecimento da agenda ESG, consolidando nossas ações e projetos estabelecidos de acordo com a estratégia da companhia no tema, que prioriza a Diversidade, o Empoderamento feminino e a Responsabilidade social e ambiental da nossa cadeia de fornecimento, matéria prima e operações.

Também será um ano de consolidar a gestão de indicadores, nos preparando para a publicação de nossas metas de médio e longo prazo em 2023.

Mercado de Capitais

- Em 2021, o mercado de capitais ainda foi impactado pelas incertezas causadas pela pandemia da COVID-19. Em um setor fortemente penalizado, as ações VIVA3 desvalorizaram -10,5% (ajustada por eventos societários), enquanto o Ibovespa também desvalorizou 11,8%, atingindo valor de mercado de R\$ 6,1 bilhões, em 30 de dezembro. O volume financeiro médio diário de negociação das ações da Vivara foi de R\$ 30,9 milhões em 2021.
- As ações da Vivara integram oito índices B3, sendo eles: IBRA (Índice Brasil Amplo), ICON (Índice de Consumo), IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade), IGCX (Índice Governança Corporativa), IGNM (Índice de Ações com Governança Corporativa Novo Mercado), INDX (Índice Industrial), ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado) e SMLL (Índice Small Cap).
- O número de acionistas da Companhia teve queda de 28,7%, saindo de 55,8 mil, em dezembro de 2020, para 39,7 mil, em 2021, principalmente pela redução da participação de pessoas físicas.



- Em dezembro de 2021, a Vivara aprovou, em Conselho de Administração, a declaração de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$ 65,0 milhões.

Governança Corporativa

- A Vivara tem suas ações, negociadas sob o código VIVA3, listadas no Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, o mais alto nível de governança corporativa da bolsa.
- O Conselho de Administração é composto por 5 membros, sendo 80% independentes. A definição da composição do Conselho levou em consideração a diversidade de experiências e complementariedade de qualificações, para que o órgão contemple as competências necessárias para execução do plano estratégico desenhado para os próximos anos.
- Em novembro de 2020, o Conselho de Administração nomeou para o cargo de conselheira, a Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley, ampliando, assim, para 40% a presença feminina no Conselho de Administração.



- A Companhia possui também 2 comitês de apoio e monitoramento – Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e Comitê de Pessoas, Cultura e Governança. A função principal dos comitês é propiciar ao Conselho de Administração os elementos e subsídios necessários ao processo decisório e de apoiar a Diretoria nas políticas aprovadas pelo seu Conselho de Administração. As atividades operacionais são conduzidas pela Diretoria Estatutária, seguindo as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e tendo o suporte de alguns Comitês de Gestão para a tomada de decisões.

Perspectivas

- ◆ **2022** – Iniciamos o ano otimistas com os projetos que temos a realizar nos próximos trimestres, e com boas perspectivas em diversas frentes. A Companhia tem ciência dos desafios do cenário macroeconômico no Brasil e no mundo, mas continua a vislumbrar boas oportunidades para o ano. Os primeiros dois meses do ano mostram a continuidade de uma trajetória acelerada de crescimento, com incremento acumulado de 25,0% de receita operacional bruta (líq. devoluções) quando comparado ao mesmo período de 2021, com SSS também de dois dígitos. Esse desempenho reforça a resiliência do cliente e de nossa operação frente a um cenário ainda desafiador para o setor. A fábrica, localizada na Zona Franca de Manaus, continua em 2022 sua expansão da capacidade produtiva e internalização da produção, como estratégia de sustentação do plano de expansão de lojas.
- ◆ **Plano de expansão** – Em 2021 a voltamos a acelerar o plano de expansão, e em 2022 aumentaremos ainda mais o ritmo. Planejamos de 50 a 60 inaugurações para esse ano, com foco na aceleração da expansão de lojas Life by Vivara, devendo representar de 35 a 40 lojas do total de aberturas. Para as lojas Vivara, projetamos a inauguração de 15 a 20 lojas no ano, seguindo com a consolidação e expansão da marca, em geral, em cidades menores.
- ◆ **Digital** – Seguindo com a estratégia de consolidação do canal digital como uma parte integrada da jornada de compra de nossos clientes, neste ano teremos a troca de plataforma do *e-commerce*, focando no incremento da experiência de compra, trazendo uma jornada mais intuitiva para o cliente, melhorias no cadastro e segmentação de produtos e aumento das funcionalidades do site. Ainda no site, começaremos a trabalhar a mudança da concepção visual, com padronização das fotos de produtos, inclusão de registros ambientados e produtos em modelos, com evolução para a modelagem 3D, o que nos permitirá em um futuro próximo trazer para o site experiências de realidade aumentada. Também caminhamos para a consolidação da operação Omnichannel, com ampliação do número de lojas habilitadas como hub e aumento da malha logística por lojas.
- ◆ **Marketing** – Em 2022 devemos continuar a escalar os investimentos em marketing, acompanhando o crescimento de receita da Companhia, resgatando investimentos em branding no ano do aniversário de 60 anos da Vivara e na continuação do empoderamento da marca Life by Vivara, mirando a captura do cliente e construção de valor à marca ao longo prazo. Esse investimento havia sido reduzido nos últimos dois anos, quando priorizamos retornos mais rápidos em função dos impactos em resultado causados pela pandemia.



Declaração dos Diretores

- Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 17 de março de 2022, com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Relacionamento com os Auditores Independentes

- Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Deloitte não prestou outros serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Vivara. Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. A Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte) declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Notas Explicativas

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vivara Participações S.A. (“Vivara Participações” ou “Companhia”) com sede social em São Paulo, é a “holding” que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de joias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as demonstrações financeiras da Companhia e das controladas Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. (“Tellerina”) e Conipa Indústria e Comércio de Presentes, Metais e Artigos de Decoração Ltda. (“Conipa”). Os controladores da Companhia são Nelson Kaufman, Márcio Monteiro Kaufman, Marina Kaufman Bueno Netto e Paulo Kruglensky que em conjunto detêm 57,9% das ações.

A Tellerina tem sua sede social na cidade de Manaus - AM e centro administrativo na cidade de São Paulo - SP. A Tellerina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob a bandeira “VIVARA”, a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigo sem metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e assemelhados, bem como a prestação de serviços de “design” e de conserto de joias em geral. Em 31 de dezembro de 2021, a Tellerina possuía 262 lojas e 26 quiosques (221 lojas e 46 quiosques em 31 de dezembro de 2020) em operação no Brasil.

A Conipa tem sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e como atividade preponderante a fabricação de artefatos de joalheria, ourivesaria e relojoaria com a comercialização desses produtos no varejo e atacado, incluindo também os serviços prestados de reparação de joias e relógios.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.2. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2022 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“Internacional Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board - IASB”.

Notas Explicativas

2.3. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas informações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas na gestão do negócio.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual o Grupo atua, eleita moeda funcional do Grupo e também de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais contas sujeitas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 10 e nº 11 - vida útil e análise do valor recuperável ("impairment") do imobilizado e intangível.
- Nota explicativa nº 15 - valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.
- Nota explicativa nº 16 - provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 19.b) - imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota explicativa nº 27 – Arrendamento de direito de uso.

2.6. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Notas Explicativas

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre a Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

<u>Controladas</u>	<u>% de participação</u>
Tellerina	99,99
Conipa	99,99

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- **Critério de reconhecimento de receita**

A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto, preço for identificável e cumpridas as obrigações de performance. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

- **Transações em moeda estrangeira**

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

- **Instrumentos financeiros**

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Notas Explicativas

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros.

Ativos	Nota explicativa	Categoria	CPC 48/IFRS 9			
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado	5	224	325.588	477.319
Contas a receber	6	Custo amortizado	-	-	531.777	410.263
Contas a receber – partes relacionadas	18	Custo amortizado	62.645	40.512	-	-
Títulos e valores mobiliários	5	VJR	-	-	328.112	224.602
Instrumento derivativo - “swap”	15	VJR	-	-	1.158	11.767
Total ativos financeiros			62.650	40.736	1.187.635	1.123.951

Notas Explicativas

Passivos	Nota explicativa	Categoria	CPC 48/IFRS 9			
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	12.a)	Custo amortizado	-	-	88.207	53.029
Fornecedores – Convênio	12.b)	Amortizado	-	-	69.349	169
Empréstimos	15	Custo amortizado	-	-	291.213	390.321
Juros sobre capital próprio a pagar	17.b)	Custo amortizado	58.183	22.353	58.183	22.353
Dividendos a pagar	17.b)	Custo amortizado	12.709	12.482	12.709	12.482
Passivo de arrendamentos direito de uso	27	Custo amortizado	-	-	370.068	275.228
Total passivos financeiros			<u>70.892</u>	<u>34.835</u>	<u>889.729</u>	<u>753.582</u>

Instrumentos derivativos

A Administração utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como “swaps” para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de “hedge”.

Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros “mensurados ao valor justo” e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro.

- **Demonstração do valor adicionado**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização.

- **Títulos e valores mobiliários**

Os investimentos em títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras em fundos de investimentos e letras financeiras emitidas por instituições bancárias com prazos para resgate superiores a 90 dias da data da aplicação.

Notas Explicativas

- **Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito**

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

A provisão para perda esperadas de crédito é mensurada na data da transação considerando a vida toda dos recebíveis. A Companhia adota matriz de risco de crédito com base na experiência histórica de perdas baseadas na idade média de vencimento por faixa de títulos.

- **Estoques**

Mensurados pelo custo de aquisição ou produção e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

- **Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Notas Explicativas

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e o comparativo são as seguintes:

	<u>Vida útil - anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Hardware	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5
Direito de uso locação de imóveis	4 a 10
Veículos	5
Pontos comerciais	5

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

- **Intangível**

Representado pelo custo de aquisição de exploração de ponto comercial com amortização determinada conforme o prazo do contrato de locação, que para as lojas e quiosques são de cinco anos. A aquisição de ponto comercial não é feita para todos os pontos de venda da rede, pois em determinadas localidades esse custo não é necessário.

Registram também os softwares adquiridos de terceiros, inclusive os em desenvolvimento.

- **Investimento**

Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

- **Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

- **Direito de uso e Arrendamentos**

Direito de uso locação de imóveis representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis das lojas, fábrica e escritórios da Companhia. É reconhecido no ativo como um item do Imobilizado e no passivo como obrigação do Arrendamento de direito de uso.

Notas Explicativas

Os ativos reconhecidos são amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período.

Aos passivos de arrendamento são apropriados os juros calculados na determinação do valor presente, com taxas de descontos demonstradas na nota explicativa nº 27, pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período. Anualmente, conforme índices e prazos definidos em contrato para fins de reajuste do arrendamento, o direito de uso é remensurado.

- **Provisões**

Reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.
- São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos.

- **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

- **Imposto de renda e contribuição social**

Impostos correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa quando elas forem realizadas, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Incentivos fiscais - lucro da exploração

Devido ao fato de sua fábrica de joias estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e mediante o Ato Declaratório Executivo da Delegacia da Receita Federal em Manaus nº 146, de 25 de novembro de 2011, a Conipa possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre as vendas dos produtos de fabricação própria produzidos na Zona Franca de Manaus, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de capital no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Conipa está obrigada a: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicar valores da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção na área de atuação da SUDAM; (iii) constituir reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibir distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Conipa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentar anualmente declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

- **Lucro por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.

- **Segmentos operacionais**

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o CEO do Grupo, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	-	5.806	6.935
Bancos conta movimento	5	-	4.179	10.518
Aplicações financeiras (a)	-	224	315.603	459.866
Total	5	224	325.588	477.319

(a) As aplicações financeiras são compostas pelas modalidades descritas no quadro abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2021	Taxa média ponderada	31/12/2020	Taxa média ponderada
CDB	301.095	92,8%	451.495	109,5%
Operação Compromissada	11.284	80%	4.299	80%
Aplicações automáticas	3.224	10%	4.072	10%
Total	315.603		459.866	

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As aplicações financeiras estão compostas conforme quadro a seguir:

	Rentabilidade	31/12/2021	Rentabilidade	31/12/2020
Fundos de investimentos (a)	Variável	79.789	Variável	59.726
Letras financeiras (b)	86% do CDI	248.323	106,7% do CDI	164.876
Total		328.112		224.602
Ativo circulante		141.707		59.726
Ativo não circulante		186.405		164.876
Total		328.112		224.602

- a) os fundos de investimentos tiveram rentabilidade média ponderada de 0,8% a.m. em 31 de dezembro de 2021. (0,3% a.m. em 31 de dezembro de 2020).
- b) as letras financeiras são títulos de renda fixa pré ou pós fixados, emitidos por Instituições Financeiras com alto *rating* de avaliação, com prazo mínimo de 2 anos, comprados no mercado primário e secundário. São investimentos de longo prazo com vencimentos até setembro de 2023 e características semelhantes ao CDB.

A Companhia ofereceu como garantia em empréstimos de dívidas com instituições financeiras, com prazos de vencimentos até 2024, o montante de R\$57.000 das aplicações em letras financeiras de longo prazo.

Notas Explicativas**VIVARA****6. CONTAS A RECEBER**

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Operadoras de cartões	527.056	405.099
Cheques a compensar	1.607	1.471
Boletos	3.823	4.684
Subtotal	<u>532.486</u>	<u>411.254</u>
Provisão para perdas esperadas de crédito	(709)	(991)
Total	<u><u>531.777</u></u>	<u><u>410.263</u></u>

Os saldos a receber por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Vencidos:	1.281	1.954
A vencer	<u>531.205</u>	<u>409.300</u>
Total	<u><u>532.486</u></u>	<u><u>411.254</u></u>

Os saldos a vencer são compostos substancialmente pelas vendas parceladas recebidas por cartão de crédito, em até 10 parcelas, sem cobrança de encargos financeiros.

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Saldo no início do período	(991)	(769)
Complementos	(56)	(583)
Reversões	<u>338</u>	<u>361</u>
Saldo no fim do período	<u><u>(709)</u></u>	<u><u>(991)</u></u>

7. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Produtos acabados	332.692	228.248
Matérias-primas	170.655	127.352
Material de consumo e embalagens	8.860	5.478
Estoque em trânsito e adiantamentos a fornecedores	19.311	10.277
Provisão para perdas	<u>(4.379)</u>	<u>(6.171)</u>
Total	<u><u>527.139</u></u>	<u><u>365.184</u></u>

As controladas da Companhia constituem provisão para os estoques de giro lento e perdas estimadas no processo de derretimento de joias em ouro e prata de coleções descontinuadas ou adquiridas de clientes.

Notas Explicativas

São considerados como de giro lento os produtos com ciclos de vendas cujo intervalo seja superior a doze meses.

As perdas no processo de derretimento de joias não são relevantes percentualmente devido a tecnologia utilizada na recuperação das matérias-primas envolvidas (ouro, prata e pedras).

A movimentação da provisão para perdas dos estoques está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Saldo no início do período	(6.171)	(5.381)
Complementos	(2.058)	(2.286)
Reversões	3.850	1.496
Saldo no fim do período	<u>(4.379)</u>	<u>(6.171)</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	11.056	4.394	70.112	35.020
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	-	595	22.636	22.637
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	-	-	108.227	71.789
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (c)	-	-	2.700	87.678
Total	<u>11.056</u>	<u>4.989</u>	<u>203.675</u>	<u>217.124</u>
Ativo circulante	11.056	4.989	47.627	101.034
Ativo não circulante	-	-	156.048	116.090
Total	<u>11.056</u>	<u>4.989</u>	<u>203.675</u>	<u>217.124</u>

(a) IRPJ e CSLL

A Companhia apresentou saldo credor na apuração do IRPJ e CSLL referente ao exercício de 2021.

A controlada Tellerina ingressou com processos administrativos de manifestação de inconformidade junto à Receita Federal do Brasil para garantir o direito aos créditos originados através da exclusão da sua base de cálculo dos incentivos de subvenção para investimento, conforme artigo 30 da Lei 12.973/2014.

Em 25 de agosto de 2020, a Tellerina impetrou o Mandado de Segurança 1020648-21.2020.4.01.3200 perante a 1ª Vara Federal de Manaus, para o fim de obter o reconhecimento do seu direito de não oferecer à tributação pelo IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa Selic recebida em seus indêbitos tributários, bem como do direito à compensação de todos os valores pagos a maior dentro do período de 5 anos contados retroativamente à distribuição da sua demanda.

Em 27 de setembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu em sede repercussão geral ao julgar o recurso extraordinário 1.063.187, a inconstitucionalidade do oferecimento à tributação do IRPJ e CSLL da correção monetária Selic sobre os créditos recebidos pelos contribuintes na repetição de indêbitos tributários.

Notas Explicativas**VIVARA**

Com base na decisão proferida pela Suprema Corte e de acordo com termos do ICPC 22 que trata das incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o Lucro, a Companhia decidiu reconhecer o montante de R\$19.939 de créditos de IRPJ e CSLL incidentes sobre as correções monetárias Selic sobre seus débitos tributários, dos quais R\$18.996 refere-se ao crédito original de impostos correntes e R\$943 de atualização monetária.

A expectativa da realização dos créditos de IRPJ e CSLL é demonstrada a seguir:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	4.989	-	15.038
2022	11.056	-	28.669	36.848
2023	-	-	27.231	5.771
2024	-	-	36.848	-
Total	<u>11.056</u>	<u>4.989</u>	<u>92.748</u>	<u>57.657</u>

(b) ICMS

Os valores a recuperar de créditos de ICMS, registrados no ativo não circulante, são gerados pelo acúmulo de saldo credor nas operações de lojas Vivara localizadas em grande parte nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Em Pernambuco, que concentra a maior parte desse saldo credor, foi concedida a Companhia, em meados de janeiro de 2022, o estímulo previsto na lei nº 11.675 de 11 de outubro de 1999 que dispõem sobre o PRODEPE (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco). As empresas contempladas com este benefício têm afastada a antecipação tributária na aquisição de mercadorias de outra unidade da federação, além do crédito presumido de ICMS no percentual de 3% respeitadas as regras de apuração e não sujeição à cobrança do ICMS mínimo. Em contrapartida a Companhia implantará um centro de distribuição no referido Estado – totalmente em linha com os objetivos de atender de forma mais eficiente seus clientes – e recolherá a taxa de administração de 2% sobre o total de benefício utilizado. O prazo de fruição encerra-se em 31 de dezembro de 2022, podendo ser renovado mediante solicitação da Companhia, que para tanto deverá estar em dia com todas as exigências do Estado.

De toda forma, até que o centro de distribuição esteja em operação, a Companhia efetua vendas diretamente da fábrica em Manaus para as lojas em Pernambuco de forma a compensar mesmo que parcialmente o acúmulo de créditos.

A operação de aquisição de matéria-prima pela filial em São Paulo da Conipa tem acumulado saldo credor de ICMS. Juntamente com assessores jurídicos, a Companhia iniciou processo de resgate deste saldo junto ao Estado através do e-CredAc. Após a homologação da Secretaria da Fazenda estes créditos poderão ser repassados para a Tellerina.

A expectativa da realização dos créditos de ICMS é demonstrada a seguir:

Ano	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
2021	-	10.431
2022	36.863	26.560
2023	30.798	5.230
2024	7.657	5.505
2025 em diante	32.909	24.063
Total	<u>108.227</u>	<u>71.789</u>

Notas Explicativas

(c) PIS e COFINS

Em 13 de dezembro de 2018 ocorreu o trânsito em julgado da ação judicial nº 0015738-41.2015.4.01.3200 na 3ª Vara da Seção Judiciária de Manaus – AM, concedendo êxito à Tellerina ao pedido de exclusão do ICMS destacado nas notas de saídas da base de cálculo das contribuições federais PIS e COFINS. A certidão de trânsito em julgado foi expedida em 15 de janeiro de 2019. Os créditos foram habilitados na Receita Federal do Brasil através de requerimento deferido em 22 de outubro de 2019.

A expectativa da realização dos créditos de PIS e COFINS é demonstrada a seguir:

Ano	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
2021	-	75.564
2022	2.700	12.114
Total	<u>2.700</u>	<u>87.678</u>

9. INVESTIMENTO

	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Tellerina	508.422	99,99%	508.422	52.037
Conipa	895.625	99,99%	895.625	259.549
Total controladas diretas	<u>1.404.047</u>		<u>1.404.047</u>	<u>311.586</u>

a) Investimentos em controladas

31 de dezembro de 2021

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	Controladora
Saldo no início do período	1.173.809
Resultado de equivalência patrimonial	311.586
Dividendos recebidos	(7.648)
Juros sobre capital próprio a receber	<u>(73.700)</u>
Saldo no fim do período	<u>1.404.047</u>

A Companhia recebeu de suas controladas, o montante bruto de R\$18.000 (R\$15.300 líquido dos impostos) a título de Juros sobre o Capital Próprio referente aos lucros auferidos em 2020 e o saldo remanescente de 2019 no montante de R\$25.212, em 12 de maio de 2021.

Ao longo do ano de 2021 a Companhia recebeu antecipadamente dividendos distribuídos pela controlada Conipa no montante de R\$7.648 para suprir o fluxo de caixa de suas obrigações.

A Companhia receberá de suas controladas, até maio de 2022, o montante bruto de R\$73.700 (R\$62.645 líquido dos impostos) a título de Juros sobre o Capital Próprio referente aos lucros auferidos em 2021

Notas Explicativas

b) Reserva de incentivo fiscal

As controladas constituíram reservas para incentivos fiscais:

- Do lucro da exploração com a redução de 75% do valor do IRPJ; o benefício foi concedido em 2010 para a Tellerina e foi usufruído até agosto de 2016, data da cisão que constituiu a Conipa, que obteve a concessão do benefício com vigência até dezembro de 2024.
- De subvenção para investimento e custeio, referente a incentivo fiscal de ICMS na Zona Franca de Manaus (com vigência renovada até 31 de dezembro de 2032), Minas Gerais, Bahia e Pará.

A movimentação dessas reservas está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Incentivos ICMS	107.078	131.464	-	238.542
Incentivo Lucro da Exploração	39.397	44.574	-	83.971
Total	146.475	176.038	-	322.513

Conforme legislação tributária vigente os montantes destinados a estas reservas oriundos de benefícios fiscais de subvenção de reinvestimentos, nas controladas, não podem ser distribuídos a título de lucros e dividendos à Controladora.

10. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado			
		Custo	31/12/2021		31/12/2020
			Depreciação acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	113.957	(62.213)	51.744	41.570
Móveis e utensílios	10	43.908	(18.412)	25.496	22.269
Máquinas, equipamentos e instalações	10	32.585	(9.084)	23.501	14.122
Veículos	20	341	(253)	88	85
Equipamentos de Informática	20	15.739	(6.912)	8.827	7.587
Terrenos	-	350	-	350	350
Ativo de direitos de uso	10 a 25	462.183	(115.302)	346.881	253.196
Adiantamento a fornecedores e imobilizados em andamento (a)	-	24.101	-	24.101	1.728
Total		693.164	(212.176)	480.988	340.907

- (a) Refere-se ao custo das obras em novos pontos de venda, e as reformas significativas nos já existentes, que posteriormente são transferidos para a linha de benfeitorias em imóveis de terceiros com a inauguração ou reabertura desses pontos de venda.

A Companhia definiu como unidade geradora de caixa suas controladas Tellerina e Conipa. Mensalmente acompanha os resultados operacionais e os fluxos de caixa positivos de suas controladas e considerando a perspectiva de crescimento de suas operações concluiu que não há indicativo da necessidade de registro de redução ao valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis.

Notas Explicativas

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	31/12/2019	Adições	Baixas (b)	Transferências	31/12/2020
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	73.778	13.513	(3.978)	8.924	92.237
Móveis e utensílios	37.966	2.935	(8.419)	4.407	36.889
Máquinas, equipamentos e instalações	23.329	3.616	(6.693)	667	20.919
Veículos	1.443	37	(804)	-	676
Equipamentos de informática	18.831	4.423	(11.153)	-	12.101
Terrenos	350	-	-	-	350
Ativo de Direito de uso (a)	274.996	44.935	(550)	1.061	320.442
Adiantamento a fornecedores e construção em andamento	1.820	14.967	-	(15.059)	1.728
	<u>432.513</u>	<u>84.426</u>	<u>(31.597)</u>	<u>-</u>	<u>485.342</u>
Depreciação:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(45.045)	(9.596)	3.974	-	(50.667)
Móveis e utensílios	(19.266)	(3.475)	8.121	-	(14.620)
Máquinas, equipamentos e instalações	(10.858)	(1.990)	6.051	-	(6.798)
Veículos	(1.343)	(52)	804	-	(591)
Equipamentos de informática	(13.859)	(1.799)	11.144	-	(4.514)
Ativo de direitos de uso	(30.522)	(36.866)	142	-	(67.246)
	<u>(120.893)</u>	<u>(53.778)</u>	<u>30.236</u>	<u>-</u>	<u>(144.435)</u>
Total	<u>311.620</u>	<u>30.648</u>	<u>(1.361)</u>	<u>-</u>	<u>340.907</u>
	Consolidado				
	31/12/2020	Adições	Baixas (b)	Transferências	31/12/2021
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	92.237	3.530	(1.234)	19.424	113.957
Móveis e utensílios	36.889	7.185	(206)	40	43.908
Máquinas, equipamentos e instalações	20.919	10.850	(70)	886	32.585
Veículos	676	30	(365)	-	341
Equipamentos de informática	12.101	3.338	(24)	324	15.739
Terrenos	350	-	-	-	350
Ativo de Direito de uso (a)	320.442	130.159	(1.098)	12.680	462.183
Adiantamento a fornecedores e imobilizados em andamento	1.728	55.773	(46)	(33.354)	24.101
	<u>485.342</u>	<u>210.865</u>	<u>(3.043)</u>	<u>-</u>	<u>693.164</u>
Depreciação:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(50.667)	(12.302)	756	-	(62.213)
Móveis e utensílios	(14.620)	(3.849)	57	-	(18.412)
Máquinas, equipamentos e instalações	(6.797)	(2.334)	47	-	(9.084)
Veículos	(591)	(28)	366	-	(253)
Equipamentos de informática	(4.514)	(2.407)	9	-	(6.912)
Ativo de direitos de uso	(67.246)	(48.430)	374	-	(115.302)
	<u>(144.435)</u>	<u>(69.350)</u>	<u>1.609</u>	<u>-</u>	<u>(212.176)</u>
Total	<u>340.907</u>	<u>141.515</u>	<u>(1.434)</u>	<u>-</u>	<u>480.988</u>

- (a) As adições no montante R\$130.159 no período referente ao ativo de direito de uso se referem a novos contratos e remensuração dos contratos em função do período de reajuste contratual e não representam efeito no caixa no momento de sua adição ao imobilizado. As transferências no montante de R\$12.680 contemplam valores pagos referente a aquisição dos pontos comerciais e que são considerados inicialmente como adiantamentos antes da inauguração das lojas.

Notas Explicativas

- (b) As baixas do exercício são compostas por itens de pontos de vendas encerrados ou quiosques convertidos em lojas físicas que foram descartados. A baixa na rubrica Ativos de direitos de uso se refere a um contrato de locação encerrado relativo a uma loja fechada em 2021.

11. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo:				
Pontos comerciais	30.545	-	-	30.545
Sistemas de informática em implantação	1.874	932	-	2.806
Sistema de informática	17.642	2.997	-	20.639
	<u>50.061</u>	<u>3.929</u>	<u>-</u>	<u>53.990</u>
Amortização:				
Pontos comerciais	(29.001)	(1.462)	-	(30.463)
Sistema de informática	(11.514)	(3.032)	-	(14.546)
	<u>(40.515)</u>	<u>(4.494)</u>	<u>-</u>	<u>(45.009)</u>
Total	<u>9.546</u>	<u>(565)</u>	<u>-</u>	<u>8.981</u>

	Consolidado				
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Custo:					
Pontos comerciais	30.545	620	(30)	-	31.135
Sistemas de informática em implantação	2.806	9.070	-	(1.557)	10.319
Sistema de informática	20.639	13.684	-	1.557	35.880
	<u>53.990</u>	<u>23.374</u>	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>77.334</u>
Amortização:					
Pontos comerciais	(30.463)	(134)	30	-	(30.567)
Sistema de informática	(14.546)	(2.347)	-	-	(16.893)
	<u>(45.009)</u>	<u>(2.481)</u>	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>(47.460)</u>
Total	<u>8.981</u>	<u>20.893</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.874</u>

12. FORNECEDORES

a) Fornecedores

O saldo é constituído em quase sua totalidade por compras de matéria-prima, insumos, embalagens e mercadorias para revenda, com prazo médio de pagamento de 90 dias.

b) Fornecedores Convênio

Trata-se de passivo financeiro de fornecedores que optaram por antecipar o recebimento de seus títulos utilizando linhas de créditos da Companhia com instituições financeiras, sem alteração do prazo negociado entre a Companhia e o fornecedor. O custo financeiro da antecipação do recebível, de responsabilidade dos nossos fornecedores, tem taxa média ponderada de 0,86% ao mês. A Companhia entende que essa transação tem natureza específica e classifica separadamente da rubrica de fornecedores. O prazo médio de vencimento dos títulos antecipados é de 90 dias.

Notas Explicativas

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias	-	-	23.526	15.436
Salários	121	104	17.689	14.709
PLR e Bônus (a)	-	-	19.032	12.238
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	-	-	2.790	1.734
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	37	30	9.134	6.279
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	80	72	6.943	5.801
Outras	-	-	198	679
Total	238	206	79.312	56.876
Passivo circulante	238	206	78.046	49.922
Passivo não circulante	-	-	1.266	6.954
	238		79.312	56.876

(a) Inclui valores de bônus e premiações relacionadas à Oferta Pública de Ações no montante de R\$3.891 (R\$8.173 em dezembro de 2020), que serão pagos em parcelas anuais até setembro de 2023 conforme renegociação dos prazos pactuada em junho de 2021, com antecipação de parte dos valores.

Os montantes classificados no passivo não circulante possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Consolidado	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	2.239
2023	1.266	2.239
2024	-	1.238
2025	-	1.238
Total	1.266	6.954

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	-	-	41.265	33.850
IPI (a)	-	-	20.103	20.247
PIS e COFINS	6.817	9.826	25.543	24.128
IRPJ e CSLL	-	-	5.354	6.191
IRRF s/Juros sobre o capital próprio	6.817	2.647	17.872	5.347
Outras	50	5	3.354	2.414
Total	13.684	12.478	113.491	92.177

Notas Explicativas

VIVARA

(a) IPI

A controlada Tellerina deixou de recolher o IPI apurado mensalmente desde a competência de julho de 2014 devido a liminar obtida com essa finalidade no tocante à incidência no desembaraço aduaneiro de bem industrializado e na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno, ante a equiparação do importador ao industrial, quando o primeiro não o beneficia no campo industrial. O montante em questão está atualizado monetariamente considerando a SELIC.

Em setembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) legitimou, a constitucionalidade da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no desembaraço aduaneiro de produto industrializado e também na sua saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno.

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, as liminares e agravos de instrumentos concedidas a esta Companhia se mantêm vigentes e produzindo efeitos para o não recolhimento do IPI. A Administração da Companhia amparada por seus assessores jurídicos acredita ser provável a conclusão e julgamento de seu processo e existe a possibilidade desse passivo tributário ser exigido e liquidado no decorrer do ano de 2022.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos saldos

Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Em moeda local				
Banco do Brasil - Capital de giro	CDI +0,95% a.a.	02/2021	-	100.308
Banco Safra - Capital de giro	CDI + 2,203547% a.a.	01/2023	12.544	22.524
Banco Safra - Capital de giro	CDI + 1,60% a.a.	12/2022	21.115	-
Banco Santander - Capital de giro	CDI + 2,46% a.a.	09/2022	41.058	40.473
Banco Itaú BBA S.A - Capital de giro	CDI + 2,55% a.a.	10/2023	61.489	60.663
Banco Itaú BBA S.A - Capital de giro	CDI + 1,55% a.a.	04/2022	53.126	-
Banco Bradesco - Capital de giro	CDI + 1,47% a.a.	12/2023	50.203	50.039
Banco de Lage Landen Brasil S.A.- CDC	-	02/2021	-	2.214
Total de empréstimos em moeda local			<u>239.535</u>	<u>155.689</u>
Em moeda estrangeira				
Banco Itaú - Resolução 4131	Prefixado 1,95% a.a.	03/2021	-	52.778
Banco Santander - Resolução 4131	Pre-fixado 2,3475% a.a.	02/2024	51.678	-
Banco Itaú - Resolução 4131	Prefixado 2,754% a.a.	02/2021	-	61.322
Total empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira			<u>51.678</u>	<u>114.100</u>
Total de empréstimos e financiamentos			<u>291.213</u>	<u>390.320</u>
Instrumentos derivativos ativo - contratos de “swap”				
Banco Itaú - Derivativo Swap	Var. Cambial + 3,24% a.a.	02/2021	-	(1.683)
Banco Itaú - Derivativo Swap	Var. Cambial + 2,29% a.a.	03/2021	-	(10.084)
Banco Santander (Brasil) - Derivativo Swap	Var. Cambial + 2,35% a.a.	02/2024	(1.158)	-
Total de Instrumentos derivativos ativo contratos de “swap”			<u>(1.158)</u>	<u>(11.767)</u>
Total de empréstimos e financiamentos, líquido de derivativos			<u>290.055</u>	<u>378.554</u>
Ativo circulante			(1.158)	(11.767)
Ativo não circulante			-	-
Passivo circulante			127.176	277.821
Passivo não circulante			<u>164.037</u>	<u>112.500</u>
Total			<u>290.055</u>	<u>378.554</u>

Notas Explicativas

Para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com instituições financeiras não existem cláusulas restritivas (“covenant”). Existem contratos de empréstimos que possuem garantias atreladas a aplicações financeiras de longo prazo no montante de R\$57.000.

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Saldo no início do período	378.554	260.843
Captações	120.343	308.113
Amortizações de principal	(231.163)	(222.927)
Liquidação contratos derivativos “swap”	18.351	21.612
Pagamento de juros	(13.956)	(9.241)
Fluxo de caixa de financiamento	<u>(106.425)</u>	<u>97.557</u>
Juros incorridos	16.874	14.445
Encargos financeiros de “swap” incorridos	(7.742)	(35.950)
Variação cambial	8.793	41.659
Variações que não envolvem caixa	<u>17.925</u>	<u>20.154</u>
Saldo no fim do período	<u>290.054</u>	<u>378.554</u>

Em 31 de dezembro de 2021, os montantes líquidos classificados no ativo e no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
De 1 a 2 anos	112.500	50.000
De 2 a 3 anos	<u>51.537</u>	<u>62.500</u>
Total	<u>164.037</u>	<u>112.500</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo possuía processos de natureza cível, trabalhista e tributária, cujo risco de perda foi considerado provável por seus assessores jurídicos, sendo:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Tributários (c)</u>	<u>Total</u>
<u>Provisão</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.685	7.893	15.059	24.637
Adições	3.232	3.426	8.769	15.427
Pagamentos	(999)	(1.723)	(14.565)	(17.287)
Reversões	<u>(1.221)</u>	<u>(910)</u>	<u>(3.592)</u>	<u>(5.723)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.697</u>	<u>8.686</u>	<u>5.671</u>	<u>17.054</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributários (c)	Total
<u>Depósitos judiciais</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	1.377	12.080	13.457
Adições	58	-	1.634	1.692
Atualização monetária	-	268	380	648
Resgates	(43)	(738)	-	(781)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>15</u>	<u>907</u>	<u>14.094</u>	<u>15.016</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem a ações renovatórias de aluguel de lojas, em que o Grupo é obrigado a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado, com a constituição de provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em ação judicial; e ações envolvendo direitos das relações de consumo, onde a provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação.

(b) Reclamações trabalhistas

Correspondem a ações trabalhistas movidas por ex-funcionários, relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário, danos morais, gratificações, vínculo empregatício e nulidade do banco de horas. A provisão é constituída considerando os processos com risco de perda provável e complementada com base no histórico de perda sobre a massa de processos classificados com risco de perda possível.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2020, conforme orientação de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para riscos relacionados a eventual questionamento de utilização de créditos de PIS e COFINS em suas controladas. Durante o exercício de 2021, a controlada Tellerina, que faz parte do programa de acompanhamento econômico-tributário diferenciado, foi intimada a prestar esclarecimentos sobre o tema. Para as rubricas com decisões judiciais desfavoráveis, considerando a recomendação de nossos consultores jurídicos e o benefício da autoregularização, sem perda da espontaneidade, a Companhia optou pelo recolhimento dos tributos.

Adicionalmente, a Companhia optou pela desistência de discussões judiciais de processos relativos ao ICMS no Estado de Santa Catarina para aderir ao PREFIS – Programa Catarinense de Recuperação Fiscal - e assim obteve relevante redução de multas e juros.

Em agosto de 2020 o Supremo Tribunal Federal (“STF”) legitimou, através do processo RE nº 1.072.485/PR, a incidência de INSS sobre o valor de 1/3 de férias, em decisão contrária a decisão de 26 de fevereiro de 2014 onde o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) havia se manifestado em favor do contribuinte sob o argumento de que “a importância paga a título de terço constitucional de férias possui natureza indenizatória/ compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária”.

A Tellerina e Conipa possuem liminar vigente que afasta o recolhimento da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Diante do exposto na decisão do STF citada anteriormente, a Companhia acessou seus assessores jurídicos que orientaram a constituição de provisão sobre tais valores não recolhidos a partir da competência outubro de 2020.

Notas Explicativas

Processos com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
Cíveis	9.411	4.881
Riscos tributários (*)	113.003	142.900
Total	<u>134.871</u>	<u>147.781</u>

(*) Representados, em grande parte, por processos judiciais e autos de infração relacionados ao ICMS nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Em 2021 a Companhia obteve êxito em processo em que se discutia o suposto descumprimento das regras de incentivo da zona franca de Manaus do PIS e da COFINS.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O limite do capital social autorizado da Companhia é de 280.000.000 (duzentos e oitenta milhões) de ações ordinárias

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é distribuído da seguinte forma:

<u>Vivara Participações</u>	<u>Ações</u> <u>ordinárias</u>
Acionistas controladores	136.750.910
Ações em circulação	99.446.859
Total	<u>236.197.769</u>

b) Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas, os quais contêm as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal.
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências).
- Conforme artigo 33, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, o percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação da “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.

A Companhia pagou aos acionistas em 14 de maio de 2021 o montante líquido de R\$22.353 referente distribuição de Juros sobre o Capital Próprio e o montante de R\$12.482 referente distribuição de dividendos, ambos sobre os resultados auferidos em 2020.

Notas Explicativas**VIVARA**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado é de R\$70.891.

Em 21 de dezembro de 2021 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia a distribuição aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor bruto de R\$65.000 (R\$58.182 líquido da retenção de IRRF conforme legislação vigente) com aviso aos acionistas divulgado na mesma data. O pagamento será efetuado em parcela única, até 15 (quinze) dias após a Assembleia Geral Ordinária (AGO) prevista para ser realizada em 29 de abril de 2022. Serão beneficiados os acionistas inscritos nos registros da sociedade em 27 de dezembro de 2021, passando as ações, a serem negociadas “ex-direito” aos Juros Sobre o Capital Próprio a partir do dia 28 de dezembro de 2021.

Em complemento a distribuição já divulgada, a Administração da Companhia propõe a distribuição a título de dividendos no montante total de R\$12.709. Terão direito a receber os dividendos a serem deliberados na AGO 2021, a ser realizada em 29 de abril de 2022, os titulares de ações na data da referida assembleia. Assim, caso a AGO 2021 seja realizada na data prevista, as ações de emissão da Companhia, passarão a ser negociadas “ex-dividendos” a partir de 02 de maio de 2022.

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do período	298.490
Absorção de prejuízos de períodos anteriores	-
Base de cálculo para Reserva Legal	<u>298.490</u>
Reserva Legal (5%)	<u>(14.924)</u>
Base de cálculo para dividendos	<u>283.566</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>70.891</u>
Distribuição de Juros sobre capital próprio líquido de IRRF	58.182
Distribuição complementar de dividendos	12.709

18. PARTES RELACIONADAS

Saldos	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativo</u>		
Tellerina	19.805	14.634
Conipa	<u>42.840</u>	<u>25.878</u>
Total	<u><u>62.645</u></u>	<u><u>40.512</u></u>
<u>Circulante</u>	<u>62.645</u>	<u>40.512</u>
Total	<u><u>62.645</u></u>	<u><u>40.512</u></u>

A Vivara Participações apresenta saldos a receber de suas controladas referente a distribuição de Juros sobre Capital Próprio com base nos lucros auferidos em 2020 e 2021.

As operações com a coligada indireta, Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A. são decorrentes da sublocação de imóvel na cidade de São Paulo que abriga parte de atividades administrativas e de logística da Companhia. Esse contrato de locação está alocado em arrendamentos de direito de uso conforme nota explicativa nº 27. O montante total do arrendamento no exercício de 2021 foi de R\$802 (R\$576 em 2020).

Notas Explicativas

As controladas Conipa e Tellerina realizam operações entre si relacionadas a compra e venda de mercadorias e matérias-primas, cobrança de despesas administrativas através de Centro de Serviços Compartilhado e royalties relacionados aos direitos autorais do design de joias. Todas as operações entre Conipa e Tellerina foram eliminadas para fins de consolidação e divulgação.

Os montantes das operações entre as empresas do Grupo Vivara estão demonstrados no quadro a seguir:

Saldos	01/01 a 31/12/2021		01/01 a 31/12/2020	
	TELLERINA	CONIPA	TELLERINA	CONIPA
Operação				
Vendas (Compras) de Mercadorias	(1.118.313)	1.118.313	(566.752)	566.752
Vendas (Compras) de Matérias-primas	42.000	(42.000)	50.292	(50.292)
Direitos autorais	169.439	(169.439)	82.571	(82.571)
Despesas administrativas com Centro de Serviços Compartilhado	4.830	(4.830)	4.774	(4.774)
Total	(902.044)	902.044	(429.115)	429.115

Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2021 em até R\$11.938 (R\$20.000 para exercício de 2020), tendo sido pagos e provisionados os seguintes montantes em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	1.780	-	1.780	1.680	-	1.680
Diretores estatutários	3.612	201	3.813	7.019	1.370	8.389
Total	5.392	201	5.593	8.699	1.370	10.069

São demonstrados a seguir os valores provisionados e pagos aos Diretores estatutários das subsidiárias e aos Diretores executivos:

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Diretores executivos	5.482	603	6.085	4.659	1.146	5.805
Total	5.482	603	6.085	4.659	1.146	5.805

Notas Explicativas

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	298.510	144.423	263.177	163.537
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(101.493)	(49.104)	(89.480)	(55.602)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, para os quais não foram registrados os impostos diferidos correspondentes	(1.488)	(4.863)	(1.488)	(4.863)
Diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	105.939	53.836	-	-
Outras diferenças permanentes	(20)	2.249	(4.175)	(9.588)
Juros sobre o capital próprio a pagar	22.100	8.500	22.100	8.500
Juros sobre o capital próprio a receber	(25.058)	(8.369)	-	-
Incentivo fiscal - lucro da exploração	-	-	44.662	23.887
Incentivo fiscal - crédito presumido ICMS	-	-	44.698	20.803
Crédito tributário inconstitucionalidade Selic	-	-	18.996	-
Total	(20)	2.249	35.313	(16.864)
Correntes	(20)	2.249	(9.174)	(17.625)
Diferidos	-	-	44.487	761
Total	(20)	2.249	35.313	(16.864)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Base IRPJ	Base CSLL	Base IRPJ	Base CSLL
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	709	709	991	991
Provisão para perdas dos estoques	4.379	4.379	6.272	6.272
Provisão despesas	56.249	56.249	32.120	32.120
Lucro não realizado em operações de controladas	149.774	149.774	28.012	28.012
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17.054	17.054	24.636	24.636
Arrendamentos Direito de Uso	28.966	28.966	27.107	27.107
Prejuízo fiscal ou Base negativa de CSLL	73.414	72.670	78.457	79.843
Base de cálculo imposto diferido (*)	330.545	329.801	197.595	204.806
Imposto de renda diferido ativo (25%)		82.636		49.398
Contribuição social diferida ativa (9%)		29.682		18.433
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		112.318		67.831

(*) A diferença entre a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social está relacionada com pagamentos de bônus aos diretores estatutários, sendo que essa despesa é indedutível na apuração do imposto de renda.

c) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021	Consolidado Valor
Até 1 ano	10.969
De 1 a 2 anos	8.369
De 2 a 3 anos	9.391
De 3 a 5 anos	12.798
Acima de 5 anos	70.791
Total	112.318

Notas Explicativas

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado 01/01/2021 a 31/12/2021	Consolidado 01/01/2020 a 31/12/2020
Receita bruta de vendas de mercadorias	2.182.343	1.573.485
Receita bruta de serviços prestados	7.029	3.904
Deduções da receita bruta:		
ICMS	(204.549)	(172.766)
COFINS	(126.606)	(89.921)
PIS	(27.505)	(19.531)
FTI (*)	(17.017)	(8.218)
ISS	(391)	(159)
Devoluções de vendas/trocas	(346.917)	(239.247)
Total	<u>1.466.387</u>	<u>1.047.547</u>

Os valores de ICMS estão líquidos do incentivo fiscal da mesma natureza, citado na nota explicativa nº 9 no montante de R\$131.464 em 31 de dezembro de 2021 (R\$61.186 em 31 de dezembro de 2020).

(*) O Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas "F.T.I." é um tributo estadual devido pela Conipa em suas vendas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para os demais Estados da Federação.

21. DESPESAS POR NATUREZA

O Grupo Vivara apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

a) Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Custo de aquisição de mercadorias e produtos para revenda	(434.154)	(304.502)
Pessoal	(32.119)	(20.286)
Depreciação e amortização	(3.232)	(2.524)
Energia, água e telefone	(1.469)	(659)
Fretes	(3.935)	(2.093)
	<u>(474.909)</u>	<u>(330.064)</u>

Notas Explicativas**VIVARA****b) Despesas com vendas**

	<u>Consolidado</u> 01/01/2021 a 31/12/2021	<u>Consolidado</u> 01/01/2020 a 31/12/2020
Pessoal	(224.883)	(158.850)
Fretes	(26.543)	(26.541)
Despesas de marketing/vendas	(76.269)	(63.629)
Serviços profissionais contratados	(8.570)	(9.917)
Aluguéis variáveis e condomínios	(45.967)	(35.268)
Descontos sobre arrendamentos	5.735	16.491
Depreciação e amortização	(44.806)	(33.616)
Comissão sobre cartões	(33.230)	(22.155)
Energia, água e telefone	(5.527)	(4.276)
Outras despesas por natureza	(42.355)	(27.535)
	<u>(502.415)</u>	<u>(365.296)</u>

c) Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Pessoal	(2.788)	(2.071)	(79.297)	(55.685)
Serviços profissionais contratados	(2.514)	(1.199)	(51.438)	(49.241)
Aluguéis e condomínios	-	-	(1.714)	(728)
Energia, água e telefone	-	-	(1.611)	(1.094)
Depreciação e amortização	-	-	(23.793)	(22.132)
Outras despesas por natureza	(7.796)	(9.773)	(27.186)	(24.796)
	<u>(13.098)</u>	<u>(13.043)</u>	<u>(185.039)</u>	<u>(153.676)</u>

22. INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS

O Grupo possui apenas um segmento operacional definido como varejo. O Grupo está organizado e tem o seu desempenho avaliado como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações.

Essa visão está baseada nos seguintes fatores:

- A produção da unidade fabril atende substancialmente as lojas de varejo do Grupo, vendas digitais e as vendas no canal B2B.
- As decisões estratégicas do Grupo estão embasadas:
 - Na busca por insumos certificados e de notável qualidade, além de novas tecnologias para a linha de produção.
 - Estudos que apontam oportunidades de expansão, tendências do mercado joalheiro e de moda internacional e de canais de distribuição.
- As avaliações de receitas obtidas pelo Grupo são feitas por categoria e canal de vendas.

Notas Explicativas

Os produtos do Grupo são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio. São distribuídos por categoria e canais de venda diferentes, no entanto, o CEO, avalia o desempenho total do Grupo, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por categoria e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	01/01/2021 a	01/01/2020 a
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta, menos devoluções		
Joias	1.001.550	692.382
Life	547.192	399.872
Relógios	241.130	201.671
Acessórios	45.553	40.313
Serviços	7.029	3.904
Total	<u>1.842.455</u>	<u>1.338.142</u>
Lojas	1.517.127	1.016.160
Vendas digitais	307.148	309.515
Outros	18.180	12.467
Total	<u>1.842.455</u>	<u>1.338.142</u>

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	01/01/2021 a	01/01/2020 a	01/01/2021 a	01/01/2020 a
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (a)	-	-	(9.704)	(11.345)
Perdas esperadas de crédito	-	-	281	(222)
Créditos tributários (b)	-	-	-	17.149
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	(468)	(1.361)
Outras receitas	-	635	554	2.346
Total	-	<u>635</u>	<u>(9.337)</u>	<u>6.567</u>

- a) Contingências conforme mencionado na nota explicativa nº 16.
- b) Em 2020 foram reconhecidos créditos extemporâneos de Pis e Cofins sobre aquisições de matérias-primas importadas pela Fábrica

Notas Explicativas

24. RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	01/01/2021 a	01/01/2020 a	01/01/2021 a	01/01/2020 a
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento de				
aplicações financeiras	2	35	32.048	14.580
Correção monetária (a)	141	57	3.178	5.228
Descontos obtidos	-	-	-	49
Variação cambial ativa	-	-	2.055	1.385
Outras receitas financeiras	-	-	321	2.390
Total	143	92	37.602	23.632

(a) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários e depósitos judiciais.

25. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 a	01/01/2020 a	01/01/2021 a	01/01/2020 a
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(16.784)	(14.446)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(8.793)	(41.659)
Encargos financeiros instrumentos derivativos	-	-	7.742	35.950
Encargos sobre arrendamentos de direito de uso	-	-	(35.690)	(29.641)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)	(1)	(499)	(328)
Tarifas bancárias	(2)	(2)	(809)	(1.318)
Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias	(112)	(1.594)	(5.514)	(2.473)
Variação cambial passiva	-	-	(6.331)	(7.613)
Outras despesas financeiras	(6)	(4)	(2.344)	(3.646)
Total	(121)	(1.601)	(69.112)	(65.174)

26. LUCRO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído.

	Consolidado	Consolidado
	01/01/2021 a	01/01/2021 a
	31/12/2021	31/12/2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício (a)	298.490	146.672
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações em tesouraria	-	-
Média ponderada de número de ações em circulação (b)	236.198	236.198
Lucro por ação – básico (em R\$) (a/b)	1,26373	0,62097
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações outorgadas 1º plano	15	-
Média ponderada de número de ações diluídas (c)	236.213	236.198
Lucro por ação – diluído (em R\$) (a/c)	1,26365	0,62097

Notas Explicativas

As outorgas de ações para o 1º plano de outorgas efetuadas no exercício possuem efeito diluidor pois não são ações emissíveis sob condição, dado que o decorrer do tempo é uma certeza. Foi determinada a média ponderada de ações outorgadas desse plano no efeito diluidor.

As outorgas de ações para o 2º plano de outorgas efetuadas no exercício não possuem efeito diluidor no lucro do exercício já que se referem a transação contingente com condições múltiplas relativas a prazo e de acordo com os indicadores de performance definidos no plano (vide nota explicativa nº 29).

27. ARRENDAMENTOS DIREITO DE USO

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía 293 (272 em 31 de dezembro de 2020) contratos de locação de lojas, quiosques, fábrica e centro administrativo firmados com terceiros. Deste total, 64 (78 em 31 de dezembro de 2020) contratos se enquadraram nos critérios de isenção de reconhecimento do direito de uso e foram classificados como arrendamento operacional.

Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do período estão registrados na rubrica “Aluguéis e condomínios” demonstrada na nota explicativa nº 21, totalizam R\$15.407 (R\$13.194 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa referencial BM&FBovespa da Dlxpré, 252 dias úteis, obtida na B3, para a data base da adoção inicial (taxa de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro), para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto aos principais bancos com os quais a Companhia mantém operações de dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, os 229 contratos de locação (194 em 31 de dezembro de 2020), classificados como arrendamento de direito de uso, possuem prazos de vencimentos entre 5 e 10 anos e a taxa média ponderada de desconto no período é de 11,55% ao ano (11,50% ao ano em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado considerando a taxa nominal e sem considerar os efeitos de inflação futura projetada, nos fluxos descontados.

Para atendimento ao Ofício da CVM nº 02/2019 divulga-se os inputs mínimos para fins de projeção do modelo taxa nominal e fluxo de caixa descontado recomendados pela CMV, usando como parâmetro a inflação média entre a taxa CDI x IPCA obtida no site da B3, data-base 31 de dezembro de 2021.

A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto e de inflação futura praticadas, vis-à-vis os prazos de contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto			
Prazo dos contratos	Qtd. contratos	Taxa de desconto	Taxa média de inflação futura
5 anos	9	10,67%	5,52%
6 anos	37	11,05%	5,56%
7 anos	15	11,36%	5,66%
8 anos	31	11,55%	5,70%
9 anos	46	11,72%	5,61%
10 anos	91	11,88%	5,55%
Total	229		

Notas Explicativas**VIVARA**

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamentos de direito de uso no período são:

	<u>Consolidado</u> 01/01/2021 a 31/12/2021	<u>Consolidado</u> 01/01/2020 a 31/12/2020
Saldo no início do exercício	275.228	249.400
Adição de novos contratos	46.164	16.127
Remensuração	82.466	27.517
Baixas do exercício	(966)	(424)
Encargos financeiros apropriados	35.690	29.641
Descontos arrendamento	(5.735)	(16.491)
Pagamentos de juros	(32.984)	(18.002)
Pagamentos de principal	(29.795)	(12.540)
Saldo no final do exercício	<u>370.068</u>	<u>275.228</u>
Passivo circulante	59.920	39.955
Passivo não circulante	<u>310.148</u>	<u>235.273</u>
Total	<u>370.068</u>	<u>275.228</u>

Conforme requeridos pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021:

<u>Maturidade dos contratos</u>	<u>Consolidado</u> 31/12/2021	<u>Consolidado</u> 31/12/2020
Vencimento das prestações:		
2021	-	68.729
2022	101.689	59.891
2023	84.413	59.207
2024	82.845	57.936
2025 em diante	242.820	143.218
Total das parcelas não descontadas	<u>511.768</u>	<u>388.981</u>
Juros embutidos	(141.700)	(113.753)
Saldo passivo de arrendamentos de direito de uso	<u>370.068</u>	<u>275.228</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto é de R\$47.339 e trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$34.231

A movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u> 01/01/2021 a 31/12/2021	<u>Consolidado</u> 01/01/2020 a 31/12/2020
Saldo no início do período	320.442	274.996
Adição de novos contratos	46.164	16.127
Remensuração	82.466	27.517
Baixas do exercício	(1.098)	(550)
Custos diretos - pontos comerciais	14.210	2.352
Saldo no final do período	<u>462.183</u>	<u>320.442</u>
Despesa de amortização do período	(47.196)	(36.866)

Notas Explicativas

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	5	325.588	325.588	477.319
Contas a receber	-	-	531.777	410.263
Contas a receber - partes relacionadas	62.645	40.512	-	-
Subtotal	62.650	40.736	857.365	940.782
Valor justo por meio de resultado:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	328.112	224.602
Instrumentos derivativos	-	-	1.158	11.767
Total ativos financeiros	62.650	40.736	1.186.635	1.123.951
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores	-	-	88.207	53.029
Fornecedores – Convênio	-	-	69.349	169
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	58.183	22.353	58.183	22.353
Dividendos a pagar	12.782	12.482	12.782	12.482
Arrendamentos direito de uso a pagar	-	-	370.068	275.228
Empréstimos e financiamentos	-	-	291.213	390.321
Total passivos financeiros	70.965	34.835	747.872	753.582

b) Riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (câmbio e juros), de crédito e de liquidez. A gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

c) Gestão do risco de taxa de câmbio

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”.

A exposição cambial líquida da Companhia está demonstrada a seguir:

Tipo de operação	Consolidado			
	Instituição Financeira	Valor da Dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida
Resolução 4131	Banco Santander	50.560	(51.718)	(1.158)
Total de empréstimos e financiamentos		50.560	(51.718)	(1.158)
Fornecedores estrangeiros (*)	-	35.646	-	35.646

Notas Explicativas**VIVARA**

Tipo de operação	Consolidado			
	31/12/2021			
	Instituição Financeira	Valor da Dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida
Total da exposição cambial		86.206	(51.718)	34.488
Cotação dólar balanço		5,5805	5,5805	5,5805
Total da exposição em dólares		<u>15.448</u>	<u>(9.268)</u>	<u>6.180</u>

(*) As controladas da Companhia importam de fornecedores estrangeiros mercadorias, matérias-primas e insumos para fabricação e comercialização. Essas compras são substancialmente denominadas em dólares norte-americanos e estão expostas a variação do câmbio.

c.1) Instrumentos derivativos

A Companhia contratou operações de “swap” com o objetivo de minimizar o risco de exposição cambial gerado pelos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Essas operações consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI.

As operações de “swap” em aberto em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxas	Consolidado		
		Valor de referência (nacional)	Valor justo	Efeito acumulado até 31/12/2021 Mercado a mercado-
Contratos de “swap”				
Posição ativa:				
Variação cambial - US\$	US\$ +3,28% a.a.	50.560	51.718	1.158
Posição passiva:				
Variação do CDI	CDI + 1,2% a.a.	50.560	50.560	-
Valor líquido a receber				<u>1.158</u>
Total geral do valor líquido a receber				<u>1.158</u>

O saldo ativo de R\$1.158 refere-se ao ajuste líquido a receber, calculado a valor de mercado em 31 de dezembro de 2021, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica “Instrumentos derivativos”.

d) Análise de sensibilidade**Risco de câmbio**

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a Administração entende que há necessidade de considerar somente o passivo com fornecedores estrangeiros que não está protegido do risco cambial, já que não possui instrumentos derivativos equivalentes registrados no balanço patrimonial. A exposição cambial dessas operações está demonstrada no quadro a seguir:

Total da exposição cambial em moeda nacional	<u>35.646</u>
Total da exposição cambial em moeda estrangeira	<u>6.388</u>

Assim, para a análise de sensibilidade está sendo aplicado somente o montante de R\$35.646, resultado das considerações explicitadas anteriormente. A taxa de câmbio do dólar norte-americano, no fechamento das demonstrações financeiras, foi de R\$5,5805.

Notas Explicativas

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda estrangeira, foi elaborada análise de sensibilidade ao risco da taxa de câmbio dos empréstimos em três cenários.

No cenário I foi definida a taxa de câmbio de R\$5,6494 com base na cotação do dólar norte-americano futuro negociado na B3, limitado a 12 meses. No cenário II foi projetada de forma conservadora pela Administração, valorização de 5% do dólar norte americano. Para o cenário III foi projetada desvalorização do dólar norte-americano em 1,2% de acordo com a cotação futura apresentada no Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 14 de fevereiro de 2022.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Valor nocional da exposição líquida (em moeda estrangeira)	6.388	6.388	6.388
Valor nocional da exposição líquida (em moeda local)	35.646	35.646	35.646
Valor projetado (em moeda local)	6.086	37.890	35.653
Impacto da variação cambial	440	2.244	7
Taxa do dólar norte-americano	5,6494	5,9318	5,5816

Risco de taxa de juros

Considerando que em 31 de dezembro de 2021 a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política do Grupo de proteção de riscos cambiais, o risco passa a ser a exposição à variação do CDI. As aplicações financeiras e investimentos em letras financeiras da Companhia também estão expostas a variação do CDI de forma que a Companhia apresenta a exposição líquida ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	Consolidado
Empréstimos e financiamentos expostos ao CDI	291.213
Aplicações financeiras de caixas e equivalentes expostas ao CDI	(315.603)
Aplicações em letras financeiras expostas ao CDI	(248.323)
Total da exposição ao CDI	(272.713)

A Administração considera o risco de grandes variações no CDI em 2022 e na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as receitas e despesas financeiras, foram considerados dois cenários projetados, com aumento de 15% e 34% da taxa do CDI respectivamente, tendo como base a projeção da Selic ao final de 2022 em 12,25%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 14 de fevereiro de 2022.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida ao CDI	272.713	272.713	272.713
Valor projetado	272.713	276.456	281.197
Impacto da variação do CDI	-	3.743	8.484
Taxa do CDI	9,15%	10,52%	12,26%

e) Gestão de risco de crédito

As vendas são efetuadas para muitos clientes e substancialmente recebidas por cartões de crédito e débito, sendo o risco de crédito minimizado.

Notas Explicativas

f) Gestão de risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	88.207	-	-	-	88.207
Fornecedores convênio	69.349	-	-	-	69.349
Juros sobre Capital Próprio a pagar	58.183	-	-	-	58.183
Dividendos a pagar	12.782	-	-	-	12.782
Empréstimos e financiamentos	147.655	126.042	47.512	-	321.209
Arrendamentos direito de uso a pagar	101.689	84.413	213.727	111.939	511.768

g) Valor justos dos instrumentos financeiros

A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais as controladas podem ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2021, todos os instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários estavam agrupados no Nível 2.

29. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em 14 de setembro de 2021 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária os “Planos de Incentivo” composto por: (i) Plano de Outorga de Ações (“Plano de Outorga”); e (ii) Plano de Investimento em Ações (“Plano Matching Shares”).

Os Planos de Incentivo têm por objetivo o alinhamento dos interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia e o desenvolvimento de objetos sociais e sustentáveis para geração de valor para Companhia e poderão entregar aos participantes ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia, através de ações de emissão da Companhia em tesouraria.

O Plano de Outorga estabelece a possibilidade de a Companhia entregar aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, mediante determinados termos e condições, ações de emissão da Companhia em tesouraria. Serão elegíveis para participar do Plano de Outorga conselheiros, diretores, gerentes ou empregados de alto nível da Companhia ou de sociedade sob o seu controle.

Notas Explicativas

O Plano de Matching Shares prevê a outorga de Ações Matching aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, desde que, dentre outras condições, os participantes invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de determinada quantidade de ações de emissão da Companhia durante um período de carência. São elegíveis para participar do Plano de Matching Shares os diretores, gerentes ou empregados da Companhia.

Em 24 de setembro de 2021, em reunião do Conselho de Administração, foram aprovados o 1º e 2º Programas de Outorga de Ações, ambos no âmbito do Plano de Outorga de Ações, com estipulação de termos e condições, e o Programa de Investimento em Ações (Matching Shares), no âmbito do Plano de Investimento em Ações, arquivados na sede da Companhia.

Para o 1º Programa de Outorga de Ações, exclusivo para conselheiros, foram disponibilizadas o limite superior global de 62.145 ações a preço de mercado, conforme valor de fechamento da cotação na B3, que serão definitivamente disponibilizadas aos participantes após 24 meses, com lock-up adicional de 12 meses.

O 2º Programa de Outorga de Ações por sua vez, prevê a outorga de ações aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, desde que, dentre outras condições, os participantes invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de determinada quantidade de ações de emissão da Companhia durante um período de carência. O limite superior global oferecido para aquisição na B3 com recursos próprios dos participantes foram 19.151 ações. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, a quantidade de ações de emissão da Companhia em tesouraria que serão outorgadas poderá variar entre 33.378 (limite inferior global) e 250.334 (limite superior global), de acordo com os indicadores de performance da Companhia alcançados no período, ROIC e TSR. O programa prevê limite individual de investimento de no máximo seis salários líquidos.

Não ocorreram outorgas no Plano de Matching Shares em 2021.

Os Planos de Incentivos entraram em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerão vigentes por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

A assinatura de referidos instrumentos de outorga de ações, pelos participantes indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, correspondente aos 1º e 2º Programas de Outorga de Ações ocorreu em 04 de outubro de 2021 e 28 de outubro de 2021 respectivamente. A provisão correspondente ao período foi calculada considerando 100% de alcance das metas de performance, com base no valor de mercado da ação de R\$28,25 para o 1º Plano e R\$26,40 para o 2º Plano e totaliza o montante de R\$474.

A seguir é demonstrada a movimentação das ações outorgadas no período:

Valores em quantidade de ações	Consolidado 31/12/2021		
	1º Plano	2º Plano	Total Geral
Saldo no início do período	-	-	-
Ações outorgadas	62.145	166.889	229.034
Outorgas exercidas	-	-	-
Saldo no final do período	<u>62.145</u>	<u>166.889</u>	<u>229.034</u>

Notas Explicativas**30. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores, em 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrada:

- Danos materiais em estoque e lucros cessantes - R\$369.813 (vigente até fevereiro de 2023).
- Danos patrimoniais - R\$164.283 (vigente até fevereiro de 2023).
- Responsabilidade civil - R\$20.000 (vigente até maio de 2022).
- Responsabilidade administradores D&O – R\$60.000 (vigente até setembro de 2022)
- Transporte internacional – USD33.000 (vigente até abril de 2022)

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 14 de fevereiro de 2022 foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o plano de Recompra de Ações da Companhia, cujo objetivo é incrementar a geração de valor para seus acionistas por meio da aplicação de recursos disponíveis na aquisição das ações em bolsa de valores, a preços de mercado, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado ou sua destinação a participantes no âmbito de planos de incentivos baseados em ações da Companhia, sem redução do capital social, respeitando o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., na ICVM 567/15 e demais normas aplicáveis. A Companhia poderá adquirir até 5% das ações em circulação, correspondente a 4.972.342 ações ordinárias. O Plano de Recompra terá duração de 12 meses a partir de 15 de fevereiro de 2022.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores do
Vivara Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vivara Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de créditos tributários – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

Porque é um PAA

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o montante de R\$108.227 mil de créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria, pois: (i) os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021, (ii) a elaboração da análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS envolve julgamento por parte da administração da Companhia para determinar as projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo considerações sobre regimes tributários especiais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) discussão sobre os critérios e premissas adotados pela Administração para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS; (ii) análise dos processos implementados pela Administração para reduzir o acúmulo dos créditos e a utilização dos mesmos; (iii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a exatidão matemática dos cálculos incluídos nessa análise; (iv) o envolvimento de nossos especialistas em impostos indiretos na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas na análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários; e (v) análise da classificação entre ativo circulante e não circulante e adequada divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Companhia relacionados à avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da

Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas anteriormente e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E FINANÇAS

Introdução:

Em conformidade com o art. 17, parágrafo 5º do Estatuto Social da Vivara Participações S.A. ("Vivara"), o Conselho de Administração, em 15 de agosto de 2019, aprovou a criação do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ("Comitê de Auditoria"), na qualidade de órgão de assessoramento voltado ao melhor desempenho de suas funções.

O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo 3 (três) membros, dos quais ao menos 1 (um) deve ser membro independente, conforme critérios do Regulamento do Novo Mercado e ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nomeados anualmente na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária.

O Comitê de Auditoria da Vivara encontra-se atualmente composto por 3 (três) membros, eleitos em 14 de maio de 2021, com mandato unificado de 2 (dois) anos, até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer depois da realização da assembleia geral ordinária que examinar as contas do exercício social de 2022:

- (i) João Cox Neto | Coordenador do Comitê de Auditoria;
- (ii) Anna Andrea Votta Alves Chaia | Membro do Comitê de Auditoria; e
- (iii) Fábio José Silva Coelho | Membro do Comitê de Auditoria.

Objetivo:

O presente relatório tem como objetivo divulgar, de forma resumida, as atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando-se as eventuais recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria, em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado e ao item 2.2.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

Principais atividades realizadas:

No período compreendido entre 01 de janeiro de 2021 e 08 de março de 2022, o Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente nas seguintes datas: 11 de março de 2021, 06 de maio de 2021, 05 de agosto de 2021, 04 de novembro de 2021 e 08 de março de 2022.

Na qualidade de órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, as decisões do Comitê de Auditoria constituem recomendações não vinculativas ao Conselho de Administração, sendo que tais recomendações devem ser acompanhadas pela análise que suporte tal decisão.

Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria:

- Orçamento 2021;
- Plano de Expansão para os exercícios 2021 e 2022;
- Apreciação do planejamento e resultados dos trabalhos de auditoria interna dos exercícios de 2020 e 2021;
- Revisão do Regimento do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças;
- Apreciação da Política de Destinação de Resultados;
- Apreciação da proposta de atualização da Política de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo;
- Apreciação das atividades de Fusões e Aquisições (M&A);
- Apreciação das atividades de segurança cibernética;
- Apreciação do planejamento e resultados das atividades de gestão de riscos da Companhia para os exercícios 2020 e 2021;
- Acompanhamento da atuação dos auditores independentes na auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB;
- Apreciação das informações financeiras trimestrais do exercício de 2021;
- Apreciação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Auditoria Independente:

Os auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independes) apresentaram o Plano de Auditoria elaborado para 2022 e as principais conclusões sobre os trabalhos findos em 31 de dezembro de 2021.

Ressalta-se que o Comitê de Auditoria procedeu a avaliação formal da auditoria independente com a conclusão satisfatória, inclusive com a sua independência, não tendo sido identificada nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e independência da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes com relação à Vivara.

O Comitê de Auditoria registra, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Vivara, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Conclusões:

Ponderadas devidamente as responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, o Comitê de Auditoria julga que todos os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31 de dezembro de 2021, recomendando, assim, sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 17 de março de 2022.

Paulo Kruglensky – Diretor Presidente

Otávio Chacon do Amaral Lyra – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marina Kaufman Bueno Neto – Diretora de Marketing

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 17 de março de 2022.

Paulo Kruglensky – Diretor Presidente

Otávio Chacon do Amaral Lyra – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marina Kaufman Bueno Neto – Diretora de Marketing